



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS)**
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIA APARECIDA PINHEIRO MAGALHÃES BITTENCOURT

**LEITURA DISCURSIVA DE MEMES: MECANISMOS DO PODER CURRICULAR
SOB UMA ÓTICA FOUCAULTIANA**

Caetité

2024

MARIA APARECIDA PINHEIRO MAGALHÃES BITTENCOURT

**LEITURA DISCURSIVA DE MEMES: MECANISMOS DO PODER CURRICULAR
SOB UMA ÓTICA FOUCAULTIANA**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para exame de defesa de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia.

Linha I – Ensino, Linguagens e Identidade

Orientadora: Dr^a. Janaina de Jesus Santos

Caetité

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

**“LEITURA DISCURSIVA DE MEMES: MECANISMOS DO PODER CURRICULAR
SOB UMA ÓTICA FOUCAULTIANA”**

MARIA APARECIDA PINHEIRO MAGALHÃESS BITTENCOURT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE- PPGELS – DCH VI - UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovado em 16 de outubro de 2024, com nota 9,0.

Documento assinado digitalmente



JANAINA DE JESUS SANTOS
Data: 21/10/2024 20:24:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a JANAINA DE JESUS SANTOS
Orientadora/ Docente – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Documento assinado digitalmente



GINALDO CARDOSO DE ARAÚJO
Data: 25/11/2024 22:25:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. GINALDO CARDOSO DE ARAÚJO
Examinador Interno– PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI
Doutor em Educação pela Faculdade de Educação (FAE), da Universidade Federal de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente



FERNANDA MARIA ALMEIDA DOS SANTOS
Data: 21/10/2024 23:30:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a FERNANDA MARIA ALMEIDA DOS SANTOS
Examinadora Externa – UFBA
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter me dado forças para enfrentar e concluir mais essa etapa em meu percurso acadêmico. Não foram anos fáceis, e que com certeza deixarão marcas em minha memória, nem todas de maneira positiva, porém é somente através das adversidades que crescemos e amadurecemos.

Agradeço também à minha família pelo apoio incondicional para continuar minha caminhada acadêmica, especialmente à minha vó, mulher forte guerreira, que me criou e desde cedo me incentivou nos estudos com horas diárias de leitura, escrita e matemática básica. A primeira professora a gente nunca esquece!

Agradeço também aos demais familiares e amigos que de alguma forma se fizeram presentes nessa jornada, que mesmo sem manter muito contato, me davam força para continuar.

Agradeço especialmente meu companheiro de vida, Péricles Vinícius, pela paciência em me aguentar durante esse processo exaustivo e agradeço minha estimada amiga e colega Ana Naiele, a quem foi meu suporte desde a graduação. Pois, duas cabeças, ainda que exaustas, surpreendentemente pensam melhor do que uma!

Agradeço ao apoio financeiro fornecido pelo Programa de Bolsa de Pesquisa (PROGPESQ), pois foi por meio deste que pude me manter enquanto pesquisadora que não mora em sua cidade natal.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Pós-Graduação (PPGELS) que me recebeu mais uma vez, visto que fiz minha graduação em Letras, Língua Inglesa e respectivas Literaturas na mesma instituição. E por fim, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, que também conheço da graduação, Dra. Janaina de Jesus Santos, a quem o currículo fala por si.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a leitura discursiva de memes sob a ótica dos estudos foucaultianos, visto que é através de uma leitura mais aprofundada que os sujeitos podem desvelar os discursos e práticas de poder que permeiam a realidade ao seu redor, possibilitando assim uma compreensão crítica de sua própria constituição e permitindo aos mesmos explorar novos modos de (re)existência. Adotamos como problema de pesquisa: Como a constituição de sujeito, através da leitura discursiva de memes na escola, pode nos auxiliar a pensar novas práticas de (re)existência no ambiente escolar regido pelo currículo? A constituição de sujeitos através da leitura discursiva de memes na escola pode nos auxiliar a pensar novas práticas de (re)existência no ambiente escolar regido pelo currículo ao promover uma educação crítica e reflexiva. Temos como objetivo geral analisar como a leitura discursiva de memes pode proporcionar aos sujeitos novas possibilidades de (re)existência no ambiente escolar diante os mecanismos de poder presentes nas normas curriculares. Como específicos buscamos: identificar como as práticas de docilização dos corpos no ambiente escolar podem ser transformadas em formas de (re)existência através da leitura discursiva de memes; observar como a crise do sujeito da modernidade líquida se manifesta nos entrelaçamentos entre poder e currículo na BNCC; elaborar um caderno de leitura de memes, visando beneficiar professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Como metodologia para a realização dessa pesquisa, adotamos o método arqueogenealógico baseado nos estudos discursivos foucaultianos, bem como de autores que compartilham de seu horizonte teórico. Para discorrer sobre os mecanismos de poder em ambiente escolar, nos baseamos nas teorias de Foucault (1985, 2007, 2008, 2014), bem como de Veiga-Neto (2007), entre outros que seguem a linha dos estudos discursivos foucaultianos. Para discutir sobre leitura discursiva de memes, buscamos suporte em (1976), Shifman (2014), entre outros. Sobre currículo e práticas de linguagens, buscamos autores como Street (2014), Young (2013), entre outros. Em virtude do que foi analisado durante a pesquisa, pudemos concluir que a leitura discursiva de memes tem grande potencial para ser trabalhada em sala de aula a fim de expandir a leitura crítica dos alunos em relação à realidade ao seu redor, bem como as estruturas de poder que os circundam, visto que uma leitura mais crítica dos memes pode auxiliar a compreender como o humor, a ironia e a subversão podem tanto reforçar quanto resistir às dinâmicas de poder.

PALAVRAS-CHAVE: currículo; leitura discursiva de memes; multiletramento; resistência; sujeito.

ABSTRACT

This research has as its theme the discursive reading of memes from the perspective of Foucaultian studies, since it is through a more in-depth reading that subjects can unveil the discourses and practices of power that permeate the reality around them, thus enabling a critical understanding of their own constitution and allowing them to explore new modes of (re)existence. We adopted as our research problem: How can the constitution of the subject, through the discursive reading of memes in school, help us to think about new practices of (re)existence in the school environment governed by the curriculum? The constitution of subjects through the discursive reading of memes in school can help us to think about new practices of (re)existence in the school environment governed by the curriculum by promoting a critical and reflective education. Our general objective is to analyze how the discursive reading of memes can provide subjects with new possibilities of (re)existence in the school environment in view of the mechanisms of power present in the curricular norms. Specifically, we seek to: identify how practices of docilization of bodies in the school environment can be transformed into forms of (re)existence through the discursive reading of memes; observe how the crisis of the subject of liquid modernity manifests itself in the intertwining of power and curriculum in the BNCC; prepare a meme reading notebook, aiming to benefit high school Portuguese language teachers. As a methodology for carrying out this research, we adopted the archeogenealogical method based on Foucaultian discourse studies, as well as authors who share his theoretical horizon. To discuss the mechanisms of power in the school environment, we base ourselves on the theories of Foucault (1985, 2007, 2008, 2014), as well as Veiga-Neto (2007), among others who follow the line of Foucaultian discourse studies. To discuss the discursive reading of memes, we seek support in (1976), Shifman (2014), among others. Regarding curriculum and language practices, we looked for authors such as Street (2014), Young (2013), among others. Based on what was analyzed during the research, we were able to conclude that the discursive reading of memes has great potential to be worked on in the classroom in order to expand students' critical reading in relation to the reality around them, as well as the power structures that surround them, since a more critical reading of memes can help to understand how humor, irony and subversion can both reinforce and resist power dynamics.

KEY-WORDS: curriculum; discursive reading of memes; multiliteracy; resistance; subject.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
2 INSTITUIÇÃO ESCOLA: formando cidadãos aptos para a sociedade.....	15
2.1 Docilizar para dominar	16
2.2 Escola como lugar de (re)existência: resistir para libertar-se	26
2.3 Leitura e análise de memes: criando novos modos de (re)existência	30
3 OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE PODER E CURRÍCULO: novos sujeitos e práticas de linguagem	34
3.1 Crise no currículo pós-crítico: algumas reflexões sobre o sujeito	35
3.2 Considerações sobre as práticas de linguagem na BNCC	42
3 PRODUTO EDUCACIONAL: leitura de memes como modos de (re)existência	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	72

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No cenário atual, as discussões sobre poder dentro das instituições escolares têm ganhado contribuições para um maior entendimento sobre como os sujeitos são desarticulados e moldados pela maquinaria de poder presente nas escolas. Tendo isso em mente, a concentração de poder pesa sobre a relação entre seus agentes, como os educadores, administradores e demais membros da comunidade escolar, pois desempenham um papel central na disseminação de práticas disciplinares e normativas. Nessa perspectiva, o tema desta pesquisa é a leitura discursiva de memes sob a ótica dos estudos discursivos foucaultianos, visto que é através de uma leitura mais aprofundada que os sujeitos podem desvelar os discursos e práticas de poder que permeiam a realidade ao seu redor, possibilitando assim uma compreensão crítica de sua própria constituição e permitindo aos mesmos explorar novos modos de (re)existência.

Concomitante a isso, propomos destacar a influência do currículo como dispositivo de poder na manutenção das relações dos sujeitos em sala de aula, sendo que o mesmo contribui para o disciplinamento e o controle do conhecimento que é ensinado nas escolas, impactando assim na construção das identidades dos sujeitos. Logo, buscamos teóricos como Foucault (1985, 2007, 2008, 2014) como suporte para discutir temáticas voltadas às dinâmicas de poder na docilização dos corpos, além de servir como base para a leitura discursiva de memes empregada no produto educacional fruto desta pesquisa, bem como autores que compartilhem de sua perspectiva teórica, como Deleuze (1995), sobre a transição para a sociedade do controle, Veiga-Neto (2007), Favacho e Mendes (2021) para discutir sobre questões envolvendo os entrelaçamentos entre poder e currículo, entre outros, a fim de contribuir com discussões e possibilitar reflexões sobre a constituição dos sujeitos.

Por conseguinte, essa pesquisa está fundamentada sob o questionamento: Como a constituição de sujeito, através da leitura discursiva de memes na escola, pode nos auxiliar a pensar novas práticas de (re)existência no ambiente escolar regido pelo currículo? A constituição de sujeitos através da leitura discursiva de memes na escola pode nos auxiliar a pensar novas práticas de (re)existência no ambiente escolar regido pelo currículo ao promover uma educação crítica e reflexiva. Memes, como formas contemporâneas de comunicação e expressão, possibilitam aos estudantes questionar normativas presentes no currículo escolar. Isso favorece a construção de identidades mais diversas e inclusivas, permitindo que os alunos se reconheçam e se afirmem em suas singularidades. Além disso, a incorporação de memes na prática pedagógica pode fomentar um ambiente de aprendizagem mais engajado e dinâmico,

onde os estudantes se veem como agentes ativos de suas próprias histórias e conhecimentos. Assim, a leitura crítica de memes pode contribuir para práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural, a criatividade e a resistência às formas hegemônicas de conhecimento e poder no contexto escolar.

Temos como objetivo geral analisar como a leitura discursiva de memes pode proporcionar aos sujeitos novas possibilidades de (re)existência no ambiente escolar diante mecanismos de poder presentes nas normas curriculares. Ainda, em se tratando dos objetivos específicos, desenvolvemos três momentos de pesquisa, em que em um primeiro momento visamos identificar como as práticas de docilização dos corpos no ambiente escolar podem ser transformadas em formas de (re)existência através da leitura discursiva de memes. Como segundo objetivo, buscamos observar como a crise do sujeito da modernidade líquida se manifesta nos entrelaçamentos entre poder e currículo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E como terceiro ponto buscamos elaborar um caderno de leitura de memes, visando beneficiar professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio.

Tendo em mente que o poder está presente nas instituições escolares e no currículo, bem como age sobre os corpos a fim de torná-los dóceis, este trabalho se justifica pela relevância da ótica dos estudos foucaultianos para se compreender os intrínsecos domínios que permeiam a instituição escolar, visto que o autor possui vasta obra sobre as formas de controle dos sujeitos individuais e da sociedade como um todo, além de ter pensado novas perspectivas teóricas, como a genealogia e arqueologia do saber. Veiga-Neto e Saraiva (2011) afirmam que conforme Foucault foi se aprofundando nos estudos das práticas de governamento modernas, compreendeu que as formas de se conduzir os outros não seriam suficientes para descrever e explicar o como e o porquê as subjetividades eram transformadas e as condutas alteradas. Logo, surge a necessidade de compreender tais aspectos, como os modos de resistência, bem como novos modos de existência.

Sob a ótica dos estudos foucaultianos, a leitura discursiva de memes pode ser compreendida como um dispositivo que possibilita a problematização de regimes de verdade estabelecidos no ambiente educacional. Diferente das práticas tradicionais que reforçam a normatização através da memorização e reprodução mecânica de conteúdos, a análise de memes em sala de aula instaura um espaço de resistência e subversão dos discursos hegemônicos. Esses discursos, ao serem questionados por meio de gêneros, como os memes, permitem que o sujeito-aluno construa novas formas de saber e poder, desafiando as práticas pedagógicas que mantêm o controle sobre o que deve ser legitimado como conhecimento válido. Como um dos sintomas desse contraste, podemos citar as crises dos sujeitos na modernidade líquida, que perpassam

por uma variedade de áreas de conhecimento como filosofia, sociologia, psicologia, entre outros, gerando fragmentação identitária, hipermodernidade, aumento nos índices de isolamento e individualização, consumismo e cultura do espetáculo, como pode ser constatado nas obras de Bauman (2005, 2009), como *Modernidade Líquida*, entre outras. Quanto a esse aspecto, Haroche (2015) conjectura que a velocidade e imediatismo da vida contemporânea perturbaram profundamente os modos de vida dos sujeitos, causando deslocalização e desterritorialização, que induzem a um sentimento de instabilidade e intensificação da incerteza. Nesse contexto, a concepção de sujeito moderno se fragiliza sob a perspectiva da modernidade líquida, caracterizada pela fluidez e volatilidade das relações e estruturas sociais. A distinção entre o real e o virtual, desprovida de limites fixos, reflete a instabilidade própria desse mundo líquido, no qual certezas sólidas e identidades estáveis se dissolvem diante da rapidez das transformações tecnológicas e comunicativas. O sujeito, nessa imersão constante, vê-se em um estado de adaptação contínua, sem ancoragens permanentes, o que coloca em xeque a noção de identidade coesa e linear típica da modernidade sólida. É nesse processo de constantes mudanças que Bauman (2005) concentra parte de seus estudos, fundando o conceito de "modernidade líquida", em que os sujeitos mudam rapidamente e acabam por não solidificar seus hábitos, rotinas, comportamentos e relacionamentos, fazendo com que sua vida se torne líquida, marcada por insegurança e descartabilidade.

Por conseguinte, vem à tona o questionamento da própria identidade, ao que o sujeito tenta enxergar em seu descentramento uma localização social, um ponto de estabilidade. Ao se reconhecer como descentrado, o sujeito encontra um paradoxal porto seguro na própria crise identitária. Sobre isso, Hall (2003) traz que a identidade é responsável por costurar o sujeito à estrutura. Por consequência, com a fragmentação identitária surge a contradição que o incomoda, caracterizando-se pelo provisório, variável, um sujeito sem identidade permanente. Como produtos culturais da sociedade pós-moderna, os memes são carregados de significados, ironia e humor característicos da era das redes sociais, local em que a maioria dos jovens em idade escolar estão presentes e convivem diariamente, podendo servir como suporte para o aprofundamento nos estudos sobre crises identitárias e identidade em sala de aula.

Com relação ao contato com o mundo eletrônico, Moran (2007) destaca que pode acontecer mesmo antes do contato com a escola, com a criança sendo educada pela mídia, principalmente pela televisão, em que através dela aprende a conhecer os outros, o mundo e a si mesma. Assim, a relação com a mídia eletrônica se torna prazerosa, pois trabalha através da sedução e da emoção que as histórias mostradas nela nos despertam. Mesmo na escola, essa relação ainda continua sendo prazerosa, mostrando-se como um contraponto à educação

convencional, pois nos educa enquanto cativa, logo por isso mantém seu apelo entre as crianças e adolescentes.

Já Livingstone e Lievrouw (2004) definem mídias como tecnologias de informação e comunicação, juntamente com os contextos sociais que as cercam. Isso inclui os artefatos ou dispositivos que possibilitam e ampliam nossas capacidades de comunicação, as atividades e práticas de comunicação nas quais participamos para desenvolver e utilizar esses dispositivos, e as estruturas sociais ou organizações que emergem em torno dessas ferramentas e práticas. Tal definição reconhece a importância das mídias como parte fundamental de nossas vidas diárias. Corroborando com isso, Deuze (2013) explica que os dispositivos midiáticos, com suas origens diversas, satisfazem os critérios de *design* evolucionário, ou seja, ao longo do tempo, nossos artefatos midiáticos se multiplicaram de maneira exponencial, visto que a cada ano, novos meios se tornam disponíveis, e esses artefatos se multiplicam e tornam-se mais complexos. Dessa forma, a mídia exhibe um padrão de convergência e divergência em um ritmo acelerado, sem necessariamente seguir trajetórias lineares organizadas.

Segundo Shifman (2014), o conceito de mídia abrange ferramentas e plataformas que facilitam a comunicação e a disseminação de informações, incluindo tanto canais tradicionais, como televisão e rádio, quanto novas mídias digitais, como redes sociais e *blogs*. Na era digital, as distinções entre comunicação interpessoal e de massa, bem como entre profissional e amadora, estão se tornando menos claras. Assim, a mídia evolui de um simples veículo de transmissão de informações para um espaço onde os usuários podem criar, compartilhar e interagir com o conteúdo de maneira dinâmica e participativa.

No que tange à convergência de mídia, Jenkins (2006) argumenta que envolve uma interação complexa entre mídias novas e antigas, que coexistem e se influenciam, criando um ecossistema onde o conteúdo circula entre diferentes plataformas e formatos. Ela também pode transformar o papel do consumidor de receptor passivo para participante ativo, permitindo que criem, compartilhem e remixem conteúdos, o que altera a dinâmica de produção e consumo de mídia e é essencial para a "cultura participativa". Sendo assim, a autora enxerga a convergência como um fenômeno que reflete mudanças culturais e sociais amplas, impulsionadas por inovações tecnológicas, abrangendo tanto a tecnologia quanto as relações sociais e práticas culturais que dela emergem.

Ainda, esta pesquisa se justifica academicamente não só pelos pontos levantados acima, como também pela discussão sobre os conceitos de novos letramentos trazidos pela Base Nacional Comum Curricular, visto que o surgimento das mídias digitais na atualidade fez com que os teóricos vissem como necessidade incorporar a mídia digital na prática pedagógica, a

fim de abarcar os tempos pós-modernos e suas novas ferramentas de aprendizado. Diante disso, faz-se necessário investigar tais temáticas, para fins de conhecimento e nos situar sobre as normas que demarcam o cenário educacional em que estamos inseridos.

Socialmente, esta pesquisa se justifica pela relevância cultural que os memes têm adquirido na sociedade contemporânea, mais especificamente entre os jovens, assim, ao incorporá-los no dia a dia da sala de aula, é possibilitada uma valorização da cultura digital na vida dos alunos, permitindo um aprendizado mais envolvente e fomentar discussões e reflexões sobre temáticas político-sociais pertinentes. Além disso, com o auxílio da leitura dos memes, os alunos podem exercitar a criticidade de estereótipos e narrativas presentes nos discursos. É sabido que a maior parte dos jovens em idade escolar frequentam as redes sociais e tem contato diário com memes, e até mesmo certos assuntos polêmicos não escapam dos internautas, ganhando camadas de ironia, humor e sarcasmo. Visto isso, surge a oportunidade de utilizar tais ferramentas para auxiliar no estímulo à criticidade dos estudantes, aprofundando assim a leitura de tais mídias de maneira mais crítica.

Pessoalmente, trago como justificativa o interesse por parte da mestranda em discutir sobre temáticas que envolvam dinâmicas de poder em sala de aula e outras questões amparadas pelas teorizações de Michel Foucault e autores que compactuam com sua perspectiva sobre tais, pois isso leva a uma compreensão aprofundada sobre as estruturas educacionais em que nós professores estamos inseridos, além de compreender quais documentos regem nossas práticas pedagógicas. Por fim, é fundamental mencionar o interesse em expandir o uso de memes em sala de aula, visto que são conteúdos que os jovens em idade escolar têm amplo acesso nas mídias sociais e que são carregados de sentidos, com possibilidade de ser utilizados como estímulo para incrementar a criticidade dos estudantes através de discussões sobre temas político-sociais.

Para embasamento teórico, nossa pesquisa apoia-se nos pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos, conforme as teorizações de Michel Foucault (1985, 2007, 2008, 2014), que trabalha conceitos como da biopolítica e governamentalidade, dinâmicas de poder e resistência, bem como de autores que seguem a mesma linha, tais como Veiga-Neto (2008), Favacho e Mendes (2021) para trabalhar com crises educacionais contemporâneas, especialmente nas teorias curriculares. Para ressaltar tais aspectos, trazemos Favacho (2016) para contribuir com a crise do sujeito no currículo pós-crítico, evidenciando as preocupações formativas de tal teoria curricular.

Para falar sobre práticas de linguagem e conseqüentemente como são abordadas na BNCC (2018), buscamos suporte em Soares (2009), Street (2014), Lankshear e Knobel (2003),

entre outros teóricos. Os estudos de Soares (2009) foram os responsáveis por influenciar propostas educacionais e pesquisas no campo dos letramentos, para então adentrarmos na questão dos novos letramentos, ao que buscamos suporte em Lankshear e Knobel (2003), que explicam como as práticas de letramento, dentro de uma sociedade cada vez mais digital, emergiram para a criação de novos letramentos. Nessa perspectiva, para dialogar sobre o conceito de multiletramentos, buscamos suporte em materiais redigidos pelo Grupo de Nova Londres (1996)¹ que destacam a necessidade de se considerar a diversidade cultural, linguística e a multiplicidade de canais de comunicação nos letramentos.

Nesse aspecto, tivemos o advento da internet, principal meio de circulação dos memes. Inicialmente, citamos Dawkins (1976) para retornarmos ao conceito inicial de meme, que surge do ponto de vista biológico, diferente do que conhecemos atualmente, ressignificado no meio digital e conceituado por Shifman (2014), que demonstra como ele vem moldado os discursos na era das redes sociais, sendo definido na cultura digital como fragmentos de informação cultural que viajam de pessoa para pessoa, gradualmente se transformando em um fenômeno social partilhado. Ou seja, mesmo que eles se espalhem em uma base micro, seu impacto pode ser sentido em nível macro, dessa forma sendo capaz de moldar mentalidade, comportamento e ações de grupos sociais.

Adotamos a perspectiva arqueogenealógica como fundamento teórico para a delimitação do objeto de estudo, orientando a análise dos memes e, conseqüentemente, o desenvolvimento do produto educacional. Nesse contexto, os memes são concebidos como documentos, passíveis de investigação futura sob a ótica dessa abordagem, permitindo a articulação entre os discursos que os constituem e as condições históricas que os produzem. Neves e Gregolin (2021) explanam que Foucault não chegou a delimitar o que seria um método arqueogenealógico², sequer utilizou-se deste termo em seus escritos, porém ressaltam que a então arqueogenealogia opta por manter a estrutura do método arqueológico, empenhado em caracterizar as regularidades e dispersões do discurso em uma história descontínua, aliado a problematização da verdade, somando-se novos conceitos foucaultianos a tais análises, objetivando fazê-las progredir e passar de uma arqueologia do saber para uma arqueogenealogia do saber-poder.

¹A *Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* (1996), conseqüentemente, *Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais*, traduzido para o português por Delse Nancy de Moraes, Gabriela Claudino Grande, Rafaela Saleme Bolsarin Blazotti e Roziane Kella Grando, publicado na Revista *Linguagem em Foco*, v. 13, n. 2, 2021.

² O termo teve origem primeiramente em língua portuguesa, empregado pela primeira vez em 1993, por Antônio Fernando Cascais, pesquisador português da área de comunicação, com o intuito de delimitar os deslocamentos metodológicos propostos por Foucault após sua fase arqueológica (Neves e Gregolin, 2021).

Nessa direção, assumimos o método arqueogenealógico de Foucault para nortear esta pesquisa. Neves e Gregolin (2021) argumentam que o método mantém a estrutura do método arqueológico, preocupado com a problematização da verdade, adicionado a novos conceitos foucaultianos que o farão passar de uma arqueologia do saber para uma arqueogenealogia do saber-poder. Logo, a arqueogenealogia é tomada como um referencial teórico, atitude analítica e um método de análise. Dessa forma, os discursos não devem ser estudados apenas em seu valor expressivo, mas nas suas especificidades de existência, como: modos de circulação, valorização, atribuição e em como a apropriação dos discursos se comporta dentro de cada cultura. Ainda, busca-se afastar cada sujeito de seu papel de fundamento originário para analisá-lo como função variável e complexa do discurso.

O trabalho está organizado em três seções, sendo a primeira intitulada “Instituição escola: formando cidadãos aptos para a sociedade” que abarca o objetivo específico de investigar como as práticas de docilização dos corpos no ambiente escolar podem ser transformadas em formas de (re)existência através da leitura discursiva de memes. Especificamente, exploraremos as discussões sobre o processo de docilização dos corpos na instituição escolar, bem como a transição para a sociedade de controle, baseado nos pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos e de autores que partilham de seus horizontes teóricos, bem como discutiremos sobre como podem se dar as formas de (re)existência através da leitura crítica de memes em sala de aula, em diálogo direto com as ideias de Foucault, como governamentalidade, biopoder e biopolítica, entre outros conceitos relevantes para esta discussão, utilizando autores renomados, como o próprio Foucault (1985, 2007, 2008, 2014), Deleuze (1995) e Veiga-Neto (2007).

Já na segunda seção intitulada “Os entrelaçamentos entre poder e currículo” abarcamos o segundo objetivo específico de observar como a crise do sujeito pós-crítico se manifesta nos entrelaçamentos entre poder e currículo na BNCC. Portanto, visamos discutir a intrínseca relação entre poder e currículo, focados nas teorias curriculares pós-críticas, na qual os estudos foucaultianos serviram de base, citando autores renomados na área, como Veiga-Neto (2008) e Favacho (2016). Dessa forma, teceremos uma breve discussão sobre questões relacionadas ao sujeito na modernidade líquida dentro desse contexto curricular, discutindo aspectos fundamentais da teoria em questão, especialmente em relação aos sujeitos que ocupam a escola, e examinar como a BNCC (2018) encara as práticas de linguagem como formadora dos sujeitos. Para isso, contamos com a contribuição de autores renomados como Veiga-Neto (2008), Foucault (2014), Bauman (2001, 2009, 2013) Soares (2009), Street (2014), Lankshear e Knobel (2003), entre outros.

Por fim, na terceira seção, intitulada “Produto educacional: leitura de memes como modos de (re)existência”, buscamos elaborar um caderno de leitura de memes intitulado “Leitura de memes como modos de (re)existência” visando beneficiar professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Nesta discorreremos sobre a utilização da leitura crítica de memes a fim de estimular a discussão sobre temas político-sociais da atualidade entre os estudantes, visto que vivemos em uma sociedade cada vez mais conectada ao mundo digital, logo é relevante incorporar essa realidade ao ambiente escolar. Isso pode ser feito através do uso de tecnologias digitais em sala de aula ou aproveitando esses recursos para despertar o interesse dos alunos em discussões sobre temáticas político-sociais, estimulando uma análise crítica de sua própria realidade. Em um mundo interligado, as tecnologias digitais se tornaram ferramentas indispensáveis para se obter acesso à diversas informações sobre variados assuntos, fazendo com que as telas deixassem de ser apenas espaços de leitura e escrita, para se tornarem ambientes de aprendizagem, onde a maioria dos jovens em idade escolar estão presentes, logo torna-se pertinente abordá-las como recurso para aproximar alunos, professores e proporcionar reflexões sobre temáticas político-sociais.

Após as considerações iniciais, que contextualizam a importância da educação na formação de sujeitos críticos e engajados, é fundamental direcionar o foco para a instituição escola, espaço educativo que desempenha um papel crucial na construção da cidadania e da docilização dos corpos, visto que é ali que os sujeitos passam boa parte de suas vidas a fim de desenvolver competências e valores que o currículo vê como essenciais para uma atuação responsável na sociedade. Ao analisarmos a escola sob essa perspectiva, será possível compreender como suas práticas pedagógicas e curriculares contribuem para a formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a reflexão crítica e a ação social, como mostraremos na seção seguinte.

2 INSTITUIÇÃO ESCOLA: formando cidadãos aptos para a sociedade

Ainda que Foucault não seja um teórico da educação, seus pressupostos têm sido empregados por pesquisadores da área para delimitar enunciados que transcorrem sobre temáticas relacionadas, em específico se tratando dos mecanismos de poder em sala de aula, bem como no emprego da instituição escolar como forma de docilização dos corpos. Partindo dessa perspectiva, essa seção foi pensada para investigar como as práticas de docilização dos corpos no ambiente escolar podem ser transformadas em formas de (re)existência através da leitura crítica de memes. Dessa forma, discutiremos como tais práticas ocorrem em ambiente escolar, bem como a ação dos mecanismos de poder sobre os corpos a fim de docilizar e como isso desencadeia resistências, sendo uma das possibilidades a leitura crítica de memes, a fim de auxiliar os sujeitos a enxergar de maneira mais crítica a realidade ao seu redor, fomentando discussões sobre temas político-sociais e instigando o senso crítico dos alunos. Para isso, buscamos como suporte autores como Foucault (1985, 2007, 2008, 2014), Deleuze (1995), Veiga-Neto (2007), Favacho e Mendes (2021), Dinali e Ferrari (2011), Shifman (2014), entre outros.

Por conseguinte, na subseção intitulada “Docilizar para dominar” abriremos as discussões conjecturando sobre o processo de docilização dos corpos e a transição para a sociedade do controle, num diálogo direto com as noções foucaultianas de governamentalidade, biopoder, biopolítica, entre outras que veremos a seguir. Para isso, assim como nas demais subseções, serão utilizados autores como Foucault (1985, 2007, 2008), Deleuze (1995), Veiga-Neto (2007) e demais teóricos foucaultianos. Ainda, trataremos sobre a uniformização dos corpos através da educação, falando mais especificamente da BNCC (2018) como norma educacional, assim como abordar quais conceitos de cidadania visa praticar, ancorados nos conceitos trazidos por autores como Deleuze (1992), Veiga-Neto e Saraiva (2011) e Rezende Filho e Câmara Neto (2007).

Dando continuidade, na subseção intitulada “Escola como lugar de resistência: resistir para libertar-se”, buscaremos tratar sobre a relação entre poder e resistência, visto que ambas se condicionam. Dissecamos sobre o papel disciplinador da instituição escolar e em como isto resultou no surgimento de forças de resistência dentro de suas fileiras. Para tal, contaremos com autores como: Foucault (1985, 2007, 2008), Dinali e Ferrari (2011), Favacho e Mendes (2021), entre outros.

Para finalizar, contamos com a subseção "Leitura e interpretação de memes: criando novos modos de existência", em que trabalharemos a perspectiva do uso da leitura crítica de

memes em sala de aula para criar assim modos de se pensar as existências dos sujeitos, bem como instigar o senso crítico dos alunos ao abordar temas político-sociais a fim de discuti-los em sala de aula. Visamos aqui ressaltar o papel da escola em nossa sociedade, não só de uniformizar ou docilizar, mas também de potencializador de discussões e reflexões sobre a realidade dos alunos. Então, surge-nos a questão: como tornar uma prática cotidiana dos jovens um fator estimulante para a criticidade no processo de leitura de mundo e de memes? Para refletir sobre isto e outros conceitos, pautamos nossa pesquisa em autores como: Dawkins (1976), Chagas (2021) e Ferreira, Villarta-Neder, Coe (2019) e outros.

Após discutir o papel da instituição escola na formação de cidadãos aptos para a sociedade, é essencial aprofundar a análise das dinâmicas de poder que permeiam esse espaço educativo.

2.1 Docilizar para dominar

No que diz respeito à instituição escola como forma de dominação, Foucault (2007) afirma que seria o capitalismo o responsável por moldar o corpo como força de produção e trabalho. Desta forma, este sistema entendeu que nem ideologia, muito menos consciência, conseguiria controlar totalmente a sociedade, então, logo direcionou seus esforços para o controle dos corpos investindo no biológico, somático, transformando-os numa realidade biopolítica. Quanto a isto, Foucault (2008, p. 431) entende o termo como "[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...". Portanto, a biopolítica ocupa-se com os processos biológicos relacionados ao homem como espécie, submetendo-o a uma forma de regulamentação. Logo, para que esse corpo possa ser compreendido de forma mais ampla, não basta apenas descrevê-lo e quantificá-lo, mas também trabalhar sobre tais dados, traçando combinações, comparações, dessa forma tentando pressupor o futuro através do passado.

Continuando com suas conjecturas sobre o tema, Foucault (1985) afirma que o corpo humano é mastigado por uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe.” (p. 164). Desta forma, nasce uma chamada “anatomia política”, equivalente a uma “mecânica do poder”, capaz de definir as formas de dominação corporal. Porém, tal domínio não fica restrito somente a fazer o que se quer, mas operar como se quer, de acordo com as técnicas desejadas e dentro da rapidez e eficácia que se determina. Com isso, visa-se ter como resultado corpos submissos, ou seja, corpos “dóceis”. Quanto a este termo, Foucault declara

que remete desde a época clássica, em que se descobriu o corpo como objeto e alvo de poder, um corpo que se manipula, modela, treina, obedece, responde, se tornando hábil ou cujas forças se multiplicam. Portanto, torna-se dócil um corpo que pode ser submetido e transformado de acordo aos interesses do sistema vigente. Em complemento, Araújo (2024) afirma que a noção comum de poder é frequentemente vista como uma relação hierárquica, onde uma entidade exerce força sobre outra, como no contexto escolar, onde leis e regulamentos afetam os gestores, diretores e professores exercem autoridade sobre alunos e demais membros da comunidade etc. Essa visão apresenta o poder como uma força unilateral de uma esfera superior para uma inferior.

É dentro desse interesse na docilização dos corpos que desponta a instituição escola que, de acordo com Varela e Alvarez-Uría (1992), foi fundamentalmente pensada como um espaço de tratamento moral no cerne dos antagonismos de classe sofridos pela burguesia e classes proletárias durante todo o século XIX. A escola do século XIX e a contemporânea mantém a função de disciplinar e formar a classe trabalhadora para atender às necessidades do mercado. No século XIX, a educação era básica e focada em moldar comportamentos e habilidades operacionais. Hoje, embora a educação seja mais acessível e diversificada, ainda visa preparar a força de trabalho para demandas econômicas, perpetuando desigualdades sociais e reforçando a divisão de classes. Logo, a escola apresenta-se como forma de barrar qualquer forma de educação ministrada pelas classes trabalhadoras, com receio de que esta fosse criar cidadãos capazes de criticar o capitalismo ou adquirir uma projeção política destinada à sua emancipação. Dentro deste contexto histórico, tornou-se possível a consolidação do capitalismo industrial, ao que Veiga-Neto e Saraiva (2011) corroboram, afirmando que a escola veio a se consolidar na Modernidade como a mais generalizada instituição de sequestro, sendo de fundamental importância para a formação das sociedades disciplinares.

Outros autores se dedicaram a estudar os mecanismos de poder que agem sobre os corpos e o que pretendem, como foi o caso de Deleuze (1992), que acredita que entramos em uma sociedade de "controle", não sendo mais exatamente disciplinares. Salienta ainda que Foucault foi o primeiro a conjecturar que estamos deixando as sociedades disciplinares para trás para entrar nas sociedades de controle, que não operam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Com isso, pôde-se antever "que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional [...], mas que os dois desaparecerão em favor [...] de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário." (p. 216). Sendo assim, os indivíduos não mais se limitam a adquirir conhecimento em momentos específicos de suas vidas, mas permanecem envolvidos em

processos de aprendizado ao longo da carreira profissional, marcados por um controle constante sobre o indivíduo, em que os avanços tecnológicos e a constante coleta de dados permitem um monitoramento de seu desempenho e comportamento.

Ainda de acordo o mesmo autor, Foucault delimita as sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e XIX, atingindo seu apogeu no início do século XX. Diante disso, Passetti (1999) ressalta que nos encontrávamos no interior de um século no qual a sociedade disciplinar gradativamente foi se tornando sociedade de controle, mudando seu alvo da população para o planeta, visto que é um período de superação da biopolítica da população para a ecopolítica planetária. Tendo isso em mente, o autor declara que, enquanto a sociedade disciplinar se utiliza de castigos para docilizar os corpos e busca formas de prevenir a proliferação dos sujeitos perigosos para a sociedade, "A sociedade de controle, característica do século XX, não suprime nem substitui a sociedade disciplinar, mas reescala prioridades soberanas." (p. 47). Portanto, assistimos a superação da era do corpo-espécie como foco de atenção dos governos para a do corpo-planeta, fazendo com que a biopolítica da população se transformasse em ecopolítica planetária.

Com relação a essas mudanças e choque entre elementos da modernidade líquida e sólida, Saraiva e Veiga-Neto (2009) afirmam que estamos passando por mudanças ao longo das últimas décadas no século XX no âmbito social, econômico e cultural no sentido global. Em específico na escola, houve uma transformação na noção de tempo, no que os autores ressaltam que, mesmo depois de muitas transformações, a instituição atual ainda mantém um elo com a escola disciplinar presente na Modernidade sólida, que está eticamente paralela com o adiamento da satisfação da sociedade de produtores. Em outro momento, os mesmos autores destacam uma possível articulação entre as mudanças no mundo do trabalho e a educação, visto que na Modernidade líquida o modelo de trabalho privilegiado é o imaterial, que foca na cooperação entre cérebros para produzir as inovações que mobilizam o capitalismo cognitivo. Com relação a fábrica, sua segurança contida na rotina moderna foi substituída pela impermanência e pelos acontecimentos e o conhecimento se torna ultrapassado assim que é produzido.

Porém, mesmo com o desenvolvimento das sociedades e uma sensação de independência político-intelectual produzida pelas tecnologias do mundo pós-moderno, a escola não se distanciou de sua função original, mesmo que os "derretimentos sólidos" destacados por Bauman (2005) tenham ganhado novo significado, passando a representar a dissolução das forças que poderiam ter preservado a ordem e o sistema dentro da agenda política na modernidade. Portanto, nota-se que a escola ainda tenta cumprir seu papel de totalizar os

sujeitos, porém tendo que lidar com uma sociedade cada vez mais individualizada e com sujeitos fragmentados.

Como exemplo disso, podemos citar o fato de que os Estados modernos tomaram a educação escolar como uma instituição privilegiada, dando atenção especial ao seu funcionamento como um todo, além de estar alinhada com a racionalidade política moderna ao totalizar os sujeitos, ao mesmo tempo em que os individualizam. Ou seja, se por um lado a escola dá a oportunidade de serem constituídas individualidades singulares, também cria sujeitos subordinados ao social, em que, fora desse esquema, cada um sequer faz sentido (Veiga-Neto; Saraiva, 2011). Para que possamos compreender melhor as razões de tal alinhamento, precisamos recorrer à noção de governamentalidade elaborada por Foucault (2008, p. 143), que a define como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica [...] de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Como podemos perceber, o autor pensou tal conceito com a finalidade de descrever as formas pelas quais o poder opera em sociedade, não somente pelas instituições políticas formais, mas também por meio de práticas cotidianas, discursos e dispositivos de governo. Pensando na perspectiva do currículo, a governamentalidade nos permite enxergar que as práticas educacionais são instrumentos através dos quais o poder é exercido e mantido. E não estamos falando apenas do conteúdo do currículo, mas também dos métodos de ensino, formas de avaliação e até mesmo as estruturas administrativas que moldam a experiência educacional. Como exemplo disso temos o currículo, visto como dispositivo de governo que molda as subjetividades dos alunos, que além de ensinar os conhecimentos específicos, também passa pelas normas sociais e valores dominantes. Ainda, ao refletirmos sobre a governamentalidade de Foucault e o dispositivo currículo, precisamos nos atentar aos mecanismos de poder que operam por trás dele, como a vigilância, normalização e exclusão, nos levando a questionar quem decide, se beneficia e é marginalizado pelo que é ensinado nas escolas.

Ainda, os autores trazem um segundo entendimento sobre o tema, como sendo a propensão em todo o Ocidente para a predominância do tipo de poder que ele chama de "governo" sobre todos os outros, que desencadeou o desenvolvimento de aparelhos específicos de governo, mas que também possibilitou o desenvolvimento de uma série de saberes. Por fim, ainda ressalta uma terceira conceptualização, na qual deveríamos compreender o termo como

o processo e seu próprio resultado da transformação do Estado de justiça da Idade Média para o Estado administrativo, tornando-se pouco a pouco "governamentalizado". Assim, com a criação do Estado, os sistemas de vigilância e coerção passaram a se tornar mais invasivos e exercer maior apelo sobre a população.

Além de toda essa maquinaria de poder que o Estado dispõe, vale ressaltar, outro tipo de poder em específico, mais íntimo e incisivo especificamente sobre os corpos, ao que denominamos de biopoder. De acordo com Maia (2011), este tipo de poder divide-se em dois níveis, sendo eles, primeiramente, técnicas que têm como objetivo um treinamento "ortopédico" dos corpos, como as disciplinas e o poder disciplinar³; já o outro trata-se do entendimento de que o corpo pertence a uma espécie, regido por suas leis e regularidades. Porém, há de se distinguir o poder disciplinar do biopoder, pois este trata de controlar a vida dentro de sua multiplicidade, em um cenário maior e tratando-se de população, preocupações que vieram à tona com a emergência do Estado do bem-estar social. Ainda que o biopoder também atue sobre os corpos, como o poder disciplinar, o primeiro atua em outra dimensão: o corpo-molar da população, o homem tratado como espécie e levando em consideração todos os seus processos biológicos ao longo da vida. Tendo em mente todo esse interesse em dominar os corpos, coube à instituição escola a função de moldar os cidadãos. Para que tal dominância fosse alcançada de forma uniforme e padronizada, foi criado um conjunto de normas a serem seguidas por instituições escolares.

Quanto a essas normas, deu-se o nome de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13005/2014), que, de acordo a própria, reúne um conjunto de especificidades a serem estimuladas em cada aluno, sempre a fim de ajudar na formação de cidadãos críticos de sua própria realidade e integrantes ativos da sociedade. Uma breve leitura pelo documento nos desperta a atenção para a constante presença das palavras-chave “cidadão”, “crítico” e “sociedade”, em muitas das vezes constando na mesma sentença. Baseadas nesse direcionamento, escolas de todo país elaboram seus planos de ação e se utilizam dessa mesma premissa: “formar cidadãos aptos para a sociedade”, resumidamente.

³ O poder disciplinar tem como finalidade "adestrar" para retirar e se apropriar amplamente do sujeito, pois amarra suas forças para reduzi-las, liga-as para multiplicá-las e utiliza-las num todo. Ele não dobra uniformemente tudo o que lhe é submetido, mas separa, analisa, diferencia e os decompõe até chegar nas particularidades desejadas e suficientes. Dessa forma, ele "adestra" as massas de corpos e forças e as transforma numa multiplicidade de elementos individuais, visto que a disciplina "fabrica" indivíduos, sendo considerada uma técnica específica de um poder que os considera como objetos e como instrumentos de seu exercício ao mesmo tempo (Foucault, 1985).

Como breve exemplo disso, podemos citar o Plano de Ação do Programa Escola Cidadã Integral⁴ que faz referência à BNCC e sua função modular dos indivíduos, como veremos a seguir:

A articulação dos conteúdos da Base Nacional Comum com o currículo da Parte Diversificada visa formar cidadãos autônomos, solidários, competentes e socialmente ativos, com capacidade para o exercício da cidadania e habilidades para o mundo do trabalho (Brasil, 2018).

Como podemos inferir, a BNCC traz como uma das responsabilidades da escola contribuir para a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade, de modo que a escola deve formar sujeitos críticos, autônomos e conscientes, capazes de questionar e transformar a realidade social, promovendo a justiça, a igualdade e a cidadania ativa. No entanto, dialogando com o que foi dito anteriormente, cabe-nos refletir sobre de que forma a instituição escolar trabalhará para moldar esses corpos para chegar ao resultado esperado: cidadãos críticos aptos para a sociedade. Ainda na mesma perspectiva, cabe questionar não só que tipo de cidadão, mas também qual conceito de cidadania está sendo assumido no documento. Quanto a isso, pouco é esclarecido no mesmo, se limitando apenas ao uso do termo em si.

Para cuidar de tal questão, tomamos Rezende Filho e Câmara Neto (2007) que destacam que a noção de cidadania pode englobar numerosos significados, podendo se referir a uma competência complexa que inclui diversos conhecimentos, dentro de um amplo campo de possíveis práticas sociais. Ainda, se nos ancoramos nas ideias de alguns filósofos iluministas como Locke e Rousseau, o conceito de cidadania perpassa no rompimento de linhas divisórias das classes desiguais, articulando-se a uma mudança na relação do sujeito com a sociedade na qual está inserido. Quando falamos de cidadania no aspecto escolar, trabalhar com tais noções deveria resultar em avanços na concepção e nas práticas de educação, visto que a escola é entendida como local de formação indissociável do exercício da cidadania.

Ainda de acordo com os mesmos autores, o conceito de cidadania se modificou ao longo do tempo. Primordialmente, durante o Império Romano, estava intrinsecamente ligada ao pertencimento à Roma, fisicamente falando, ou seja, só era considerado cidadão quem tivesse nascido em Roma, os outros, considerados apenas estrangeiros, não tinham direito a nada, principalmente na esfera política. Já com a queda desse grandioso império, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas, como os direitos civis e sociais, além da esfera jurídica e moral. Já durante o Iluminismo, período de revoluções socioeconômicas,

⁴ Plano de Ação do Programa Escola Cidadã Integral publicado no site do Governo Federal da Paraíba, em 21 de novembro de 2018.

desenvolvimento científico e conseqüentemente busca de livre pensamento, também de suposta igualdade e liberdade entre os indivíduos, houve a busca da manutenção dos privilégios de outrora da burguesia vigente através da prerrogativa de se construir uma sociedade mais justa, logo dando origem a um novo modelo econômico (e porque não o chamar de modelo de vida) que ficou conhecido como Capitalismo.

Dentro dessa nova realidade, a burguesia buscava ganhar poder, já que, mesmo com o apoio do Mercantilismo, o sistema ainda não havia se firmado politicamente. De início, lutavam contra os valores e as injustiças propagadas pelo clero e a nobreza, propagando maior autonomia de pensamento aos homens comuns. Como resultado disso surgiram ideais iluministas-liberais que enxergavam o mundo através de outra perspectiva. Como esperado dessa onda de inovações, o campo da cidadania não ficou de fora. Filósofos como Locke e Rousseau ajudaram a fundar novos preceitos a este campo, como liberdade, igualdade e também pensar em uma democracia liberal. Como consequência desses novos pensamentos aconteceram as Revoluções Burguesas europeias dos séculos XVII e XVIII.

Tais revoluções surgiram em nome da justificativa de regular as relações de poder dos cidadãos, além de lhes garantir livre atuação civil, econômica e política, mesmo que na prática não tenha sido eficaz. Também podemos concluir que essas inovações de pensamento passaram a também querer regular a questão dos direitos políticos e de quem os devia possuir e exercer. No que tange a questão dos direitos, este foi o marco divisor entre a burguesia e o povo, pois, quando se tratava de lutar por direitos, principalmente políticos, ambas as partes se distanciavam, prevalecendo assim os interesses da burguesia. Ou seja, por mais que o conceito de cidadania até então fosse de igualdade para todos, "as diferenças de classe operavam no sentido de limitar os atributos políticos dos cidadãos" (Rezende Filho; Câmara Neto, 2007, p. 5). De acordo com esses autores, autores que partem da perspectiva do materialismo histórico, como Marx e Engels, liberais do século XIX e mesmo alguns estudiosos atuais teorizam esta questão como limitadora da prática da cidadania na contemporaneidade.

Como vimos até aqui, o conceito de cidadania remonta a séculos e veio se modificando ao longo da história. A independência dos Estados Unidos e o processo revolucionário francês ajudaram a formar um novo tipo de Estado. Atualmente, uma gama de atitudes caracteriza a prática da cidadania, logo, em teoria, é definido que um cidadão deve atuar em benefício da sociedade, e em contrapartida, a sociedade deve lhe garantir direitos básicos à vida, como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho etc. Como resultado dessa nova roupagem, "cidadania passa a significar o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros." (Rezende Filho; Câmara Neto, 2007, p. 5). Dessa forma, podemos concluir que a

cidadania só pode se constituir através da constante luta por direitos e pela manutenção daqueles que já existem.

Dando continuidade, Gallo e Aspis (2010) afirmam que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, ao apontar os conhecimentos de filosofia e sociologia como sendo necessários ao exercício da cidadania, o fazem pois o documento foi regulamentado pela Constituição Federal de 1988, que teve a função de reordenar juridicamente o país após a ditadura. Tendo este contexto histórico em mente, faz-se compreensível explorar conceitos de cidadania (tanto na Constituição quanto na LDB), visto que ambas buscavam garantir as condições necessárias para teoricamente vivermos em um novo tipo de sociedade, na qual direitos e deveres fossem garantidos, preservados e exercitados, pelo menos em tese. No entanto, por mais ponderável que fosse a proposta, os autores enxergam barreiras para seu cumprimento, pois certos pontos ainda precisam ser desenvolvidos, como delimitar quais conhecimentos de filosofia serão necessários ao exercício da cidadania e de qual cidadania se trata, visto que seu conceito não é único, variando de sociedade para sociedade. Por exemplo, em uma cidadania voltada para o mercado, o cidadão é visto primordialmente como consumidor, sendo assim seus direitos são os do consumidor, e assim por diante.

Saindo do conceito de cidadania, voltamos nosso olhar para dissecar sobre a relação entre a BNCC e os mecanismos de poder na escola. Ao encarar a BNCC como um documento normativo, assumimos que ela é responsável por definir as competências, habilidades e conteúdos essenciais a serem trabalhados nas escolas brasileiras, tendo seus entrelaçamentos com o poder analisados a partir de uma gama de perspectivas teóricas, aqui especificamente focamos nas contribuições pensadas através da ótica dos estudos discursivos foucaultianos. Quanto a ser um documento normativo, no sentido de impor normas a serem seguidas em território nacional e nortear as práticas educacionais, vejamos a própria definição trazida pelo Ministério da Educação (MEC):

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. [...] Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito (Brasil, 2018).

Ao definir um conjunto de aprendizagens essenciais para todas as escolas do país, o documento exerce um poder normativo sobre o que deve ser ensinado e aprendido, o que pode

ser compreendido como uma forma de poder que busca padronizar a educação e garantir que todos os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos básicos. Não obstante, essa padronização buscada também pode ser interpretada como uma forma de controle sobre os saberes e práticas pedagógicas, limitando a autonomia dos professores e das escolas para adaptar o currículo às necessidades locais e contextuais.

Além de limitar a autonomia docente, tal poder normativo age sobre a formação das subjetividades dos sujeitos, ao que Campregher, Marchi, Ferri (2023) argumentam que o delineamento de subjetividades tal qual como está no documento é algo não natural, visto que é construído e contingente. Ao definir competências e habilidades que os alunos devem desenvolver, a BNCC tem papel formador para as subjetividades, logo que estabelece o que é considerado conhecimento válido e quais são as habilidades valorizadas pela sociedade, influenciando assim na construção da identidade dos estudantes. Silva (2015) corrobora com isso ao afirmar que a BNCC, por ser uma referência obrigatória na elaboração dos currículos escolares, surge como um documento que propõe práticas visíveis no controle das ações dos indivíduos que atuam no campo das subjetividades. Ao mesmo tempo, define quais conhecimentos, posturas ou habilidades devem ser priorizados na elaboração dos currículos escolares. Isso implica no controle das ações dos sujeitos, atuando na subjetividade e determinando quais conhecimentos, posturas ou habilidades devem ser destacadas na composição dos currículos escolares.

No que diz respeito às subjetividades, Foucault as abordou de forma complexa e multifacetada em sua obra, buscando explorar como os indivíduos se tornam sujeitos por meio de práticas sociais, discursos e dinâmicas de poder. Em sua fase arqueológica, Foucault (2008) empenhou-se em investigar como os discursos constituem os campos do saber e como eles são responsáveis por moldar as formas de subjetividade. Nisso, ele argumenta que a mesma não é um dado essencial ou natural, mas produzido historicamente através dos discursos, que estabelecem categorias de pensamento e formas de falar que concebem como os sujeitos entendem a si mesmos e ao mundo ao seu redor. A BNCC (2018) trata da subjetividade durante as aulas de Língua Portuguesa no âmbito da escrita literária, mesmo que esta não seja o foco central do componente. É destacado ainda que a prática é capaz de produzir certos níveis de reconhecimento, empatia, solidariedade e abrange a reinvenção, questionamento e o ato de descobrir-se, tornando-se assim uma função importante para elaborar a subjetividade e as interações pessoais.

Antes de tudo, precisamos ressaltar que a BNCC, ao padronizar o currículo escolar, busca reduzir desigualdades e garantir uma formação comum a todos os estudantes, o que traz

benefícios importantes, como a promoção de maior equidade educacional. No entanto, do ponto de vista foucaultiano, esse processo também exerce um controle sobre a subjetividade dos indivíduos, ao estabelecer o que é "correto" saber e ser. Ao moldar os sujeitos de acordo com normas predefinidas, a BNCC atua como um mecanismo de poder que pode limitar a diversidade cultural e social. Apesar disso, é inegável que trouxe avanços, como o foco em competências socioemocionais e na tentativa de equalizar o acesso ao conhecimento básico.

Quanto ao meme, o documento reconhece seu trabalho em sala de aula como parte da demanda de contemplar de forma crítica as novas práticas de linguagem e produção das tecnologias digitais, assim como debater como são utilizadas a fim de combater discursos de ódio e refletir sobre os limites da liberdade de expressão. No entanto, ao considerar as novas tecnologias, o documento não visa privilegiá-lo em vista do escrito/impresso, mas sim propor um aprendizado que contemple estes dois mundos, visto que considera ambas habilidades importantes. Nessa perspectiva, mais adiante, especificamente ao tratar do ensino de Língua Portuguesa, em Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Médio, o documento orienta uma abordagem integrada dessas linguagens e de suas práticas, propondo que:

[...] os estudantes possam vivenciar experiências significativas com práticas de linguagem em diferentes mídias (impressa, digital, analógica), situadas em campos de atuação social diversos, vinculados com o enriquecimento cultural próprio, as práticas cidadãs, o trabalho e a continuação dos estudos (Brasil, 2018, p. 485).

Com isso, objetiva-se garantir aos estudantes meios de experienciar atividades mais próximas das práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural, pessoal e em situações que demandam a articulação de conhecimentos, visando a ampliação dos horizontes éticos dos estudos.

Um elemento importante que o documento ressalta é a semiótica, que considera como "um sistema de signos em sua organização própria" (p. 488), para que os estudantes possam explorar possibilidades expressivas de diversas linguagens e assim poder analisar elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semióticas. Por conseguinte, a BNCC (2018) assume o meme como um gênero, colocando-o ao lado de outros que considera da mesma forma, como *post*, *tweet*, *mashup*, reportagem multimidiática, *vlog*, entre outros, além de pregar a coexistência e a convergência das mídias a fim de potencializar novas condições de construção de sentidos. Portanto, o documento reconhece a existência do meme, bem como sua utilização em sala de aula, ao lado de demais gêneros nascidos das tecnologias

digitais, porém sem menosprezar ou substituir os meios tradicionais, como materiais impressos etc.

Após a análise das dinâmicas de poder nesta subseção, que evidencia como práticas educativas podem moldar comportamentos e subjetividades de forma conformista, é crucial inverter o foco para as possibilidades de resistência que emergem dentro da escola. A subseção a seguir intitulada "Escola como lugar de (re)existência: resistir para libertar-se" explora como esse espaço pode ser também um campo de luta e transformação, onde alunos e educadores exercem sua agência ao desafiar normas estabelecidas e buscar formas alternativas de existência. Essa perspectiva ressalta a escola como um lugar não apenas de imposição, mas de construção de identidades críticas e de práticas libertadoras, fundamentais para a formação de sujeitos autônomos e engajados na sociedade, como veremos a seguir.

2.2 Escola como lugar de (re)existência: resistir para libertar-se

A escola é citada como um dos locais de docilização dos corpos através de dinâmicas intrínsecas de poder, mais especificamente o poder disciplinar, logo é esperado que essa ação exercida sobre os corpos resulte em uma reação, pois como Foucault (1988) resume bem: onde há poder, há resistência. Segundo o autor, correlações de poder não podem existir exceto em função de pontos de resistência representados pelo papel do adversário, alvo, apoio, etc., estando presentes em toda a rede de poder. Ainda, salienta que não existe apenas uma fonte única de recusa, revolta ou rebelião, mas sim resistências, sendo elas casos pontuais que podem se manifestar de formas improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, que por definição não podem existir além do campo tangente às relações de poder.

Sendo assim, não se deve encarar a resistência como uma libertação das relações de poder, visto que uma não existe por si só e vice-versa, como o próprio Foucault (2015, p. 244) salienta:

Que não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais.

Como podemos notar, percebe-se que as práticas de resistência ocorrem ali mesmo onde há relações de poder, podendo até ser consideradas como duas faces da mesma moeda. Dessa

forma, não só as resistências são capazes de fomentar novas relações de poder, mas também o contrário, formando assim um ciclo.

Já a escola, como instituição disciplinadora, constrói suas bases sobre o processo de docilização dos corpos, também sendo a responsável pelo endossamento de determinados discursos, bem como contribuiu para o surgimento de especialistas que determinam o que, como, quando e onde ensinar (Carmo, 2021). Diante da constituição mútua entre poder e resistência, logo teve de lidar com o surgimento de resistências entre suas fileiras, na forma de sujeitos constantemente resistindo aos diferentes processos de sujeição impostos pela instituição.

Ainda sobre tais processos de resistência, os mesmos devem ser considerados como potências de contestação, revoltas, pois se voltam contra os efeitos do poder. Para Foucault (2009), a resistência só acontece quando o poder pressiona seus limites, configurando-se como escapatórias não do poder "em si", mas às estratégias impostas através dos dispositivos disciplinadores que visam submeter os corpos ao poder. Portanto, há no ato de resistir uma luta contra as técnicas de controle das subjetividades e dos assujeitamentos.

Corroborando com isso, Favacho e Mendes (2021) consideram que a resistência não é externa ao poder, mas o compõe. Dessa maneira, a resistência só pode efetivamente ocorrer se for capaz de identificar primeiramente as táticas e estratégias empregadas pelo poder, bem como reconhecer sua própria posição nessa dinâmica. Em outras palavras, os autores fazem um retorno aos pressupostos contidos na obra de Foucault, pressupostos em que o autor delimita a estreita relação entre poder e resistência, em que um é totalmente dependente do outro, sendo assim incapazes de existirem de maneira única. Ainda, os autores discorrem o papel do Estado dentro desse entrelaçamento entre poder e resistência, argumentando que, de acordo com os pressupostos foucaultianos, o Estado governa a população através de seus dispositivos, como estatísticas, economia e dispositivos de segurança, simultaneamente engaja saberes e instituições a individualizar as ações dos sujeitos em suas conjunturas específicas.

Dinali e Ferrari (2011) argumentam que a máquina escolar é responsável por sujeitar os corpos, logo é esperado que estes estejam em constante confronto com essas forças. Adiante, os autores dão o exemplo do uso de celular em sala de aula, no qual os alunos encontram meios criativos para burlar tal regra e os usar mesmo assim, desafiando a norma e firmando um combate. Outro combate é travado quando se trata do uso do uniforme, em que o aluno resiste a tentativa de adequação e padronização através de uma vestimenta, visto que, ao resistir a essa padronização, o sujeito pode estar reivindicando sua autonomia e identidade pessoal, recusando-se a ser completamente "assujeitado" pelas normas da escola.

Com isso, os autores chamam a atenção para um jogo de forças cotidianas no interior da instituição, resumindo-se como "indisciplina"/disciplina produzindo sujeitos. Foucault (2004) propõe que os focos de resistência superem todas as forças, visto que seus efeitos impõem mudanças às relações de poder. Ademais, o autor destaca

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder. Eu penso que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a *palavra-chave* dessa dinâmica (p. 268, grifo do autor).

Nisso, podemos perceber que o autor reconhece o potencial de criação presente nas resistências, assim como sua capacidade de recriação e transformação, assim possibilitando criar espaços de combates, lutas, insurreições, além de fundar novas relações de poder. Retornando à discussão trazida por Dinali e Ferrari (2011), eles enxergam as "indisciplinas" como uma forma de recusa a disciplinarização dos corpos imposta pela escola, um antagonismo travado nas malhas do poder. Pensando assim, tais lutas se configuram como práticas de liberdade no âmbito escolar, algo que Foucault dá especial atenção, pois não pode existir poder sem a liberdade de resistir.

Ainda de acordo com os mesmos autores, possíveis falas de rebeldia proferidas pelos alunos durante sua estadia na escola nos servem de convite a reflexão sobre as relações de forças que se formam em torno das relações de poder e vão contra as relações de sujeição do corpo, ou seja, práticas de resistências.

Embora a escola possa, às vezes, ser percebida pelos alunos como uma prisão, Foucault (2014, p. 276) ressalta que “só pode haver relações de poder quando os sujeitos forem livres”. Isso significa que, para uma relação de poder existir, é necessário que ambos os lados mantenham sua liberdade de ação. Se uma das partes estiver completamente subjugada pela outra, a ponto de ser tratada como um objeto sobre o qual a outra parte tem total controle e pode exercer violência de forma ilimitada, essa relação deixaria de ser uma relação de poder. Em tais condições, não há troca ou influência mútua, mas apenas dominação absoluta.

O autor ainda afirma que mesmo em relações de poder desequilibradas, “[...] um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro.” (p. 277). Com isso, podemos perceber a visão que ele tem sobre a morte, encarada aqui como uma forma de resistência contra os efeitos do

poder, vendo então o suicídio como uma maneira de alcançar a liberdade. Ainda, em sua obra, a morte é encarada como o fim das exigências que reprimem os homens durante a vida, sendo assim, uma forma de desprendimento.

Diante disso, Dinali e Ferrari (2011) postulam “que nas relações de poder o sujeito é livre, ativo para criar diferentes e possíveis formas de resistências” (p. 12), posto que, se não houvesse resistências, não haveria relações de poder. Ademais, já que as resistências são condições para que seja possível haver relações de poder, podemos traçar um paralelo no contexto escolar, no qual as "indisciplinas" podem ser encaradas como resultado da existência de relações de poder para a existência de relações de poder nesse espaço. Muitas situações consideradas como indisciplina pela escola tradicional são encaradas pelos autores como resistências que levam a práticas de liberdade⁵, porém não como uma libertação⁶ das relações de poder, visto que não partem de um ponto exterior a ele.

Visto que todo poder possibilita formas de resistência e que essa condição está presente nas escolas, cabe aqui ressaltar a importância de se pensar novos modos de existência dos sujeitos, dentre eles destacamos a leitura de memes, pois frequentemente se utilizam de humor e ironia para tecer críticas e subverter normas e práticas estabelecidas, podendo se manifestar no ambiente escolar como formas de resistência contra regras rígidas ou currículos opressivos, permitindo assim aos alunos e professores a questionar e desafiar normas curriculares e sociais a fim de promover uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais e suas implicações. Além disso, a leitura crítica de memes pode estimular discussões sobre questões subjacentes e promover reflexões sobre questões sociais e culturais mais amplas, correlacionando-as com suas experiências escolares. Como postula Melo e Xavier (2020), o emprego do gênero meme em sala de aula pode ser justificado por facilitar a interação no ato de ler, que envolve a mobilização de conhecimentos prévios dos estudantes, além da relação entre autor, texto e leitor para a construção de sentidos, estabelecendo assim associações dialógicas com outros contextos de enunciação.

Ao explorarmos a escola como lugar de (re)existência, onde a resistência se torna uma ferramenta essencial para a libertação e a construção de identidades autônomas, é pertinente considerar como práticas contemporâneas podem ser integradas nesse contexto de

⁵Foucault (2009) argumenta que a liberdade não é uma condição dada, mas uma prática que deve ser exercida, propondo que, ao invés de ver o poder apenas como repressão, é crucial reconhecer que ele também produz formas de liberdade.

⁶Foucault (2011) aborda a ideia de que a libertação envolve a transformação da subjetividade ao argumentar que a prática do autocuidado e da reflexão crítica sobre si mesmo é uma forma de resistência e libertação. Essa abordagem enfatiza a responsabilidade ética dos indivíduos em se moldarem e se reivindicarem como sujeitos autônomos, capazes de desafiar as normas sociais e culturais.

transformação. A subseção a seguir intitulada "Leitura e análise de memes: criando novos modos de (re)existência" aborda a utilização de memes como uma forma inovadora de expressão e resistência cultural. Os memes, enquanto produtos da cultura digital, oferecem uma oportunidade única para os alunos não apenas refletirem sobre suas realidades, mas também para se posicionarem criticamente em relação a discursos hegemônicos. Ao analisar e criar memes, os estudantes podem exercer sua criatividade e voz, ressignificando sua presença no espaço escolar e na sociedade.

2.3 Leitura e análise de memes: criando novos modos de (re)existência

Quando falamos de escola como local de resistência, ainda há de se pensar como local de existência, visto que o cotidiano escolar é um lugar de experimentação, criação e invenção (Silva; Delboni, 2016). Além disso, cabe aqui ressaltar o papel da escola como local potencializador de discussões e reflexões que envolvem a realidade dos alunos. Para que tal ocorra, o professor pode dispor de inúmeras ferramentas para facilitar este processo, como a utilização da leitura de memes em sala de aula acompanhado da proposição de um caderno pedagógico sobre leitura de memes, que abordaremos mais detalhadamente no capítulo sobre o produto educacional.

Agora, mais especificamente sobre memes, em seu conceito inicial, Dawkins (1976) os correlaciona com os genes, tanto é que os considera genes da cultura. Em sua concepção, memes são ideias, bordões, modos de se vestir, entre outros aspectos, sendo assim um replicador, uma unidade de transmissão, carregando informações através do tempo entre os seres humanos. Além disso, o etólogo destaca três propriedades características dos memes: fidelidade, que é a capacidade de se replicar de forma idêntica; fecundidade, que é a capacidade de gerar múltiplas réplicas de si mesmo; e a longevidade, que é a capacidade de perdurar no tempo. Nisso, estamos tratando de seu conceito primordial, um pouco distante do que conhecemos atualmente como meme, pelo menos aos que temos contato pelas redes sociais ou internet em geral.

Avançando rumo a este aspecto, Chagas (2021) argumenta que é difícil especificar com rigor o momento em que conteúdos presentes na internet passam a ser reconhecidos como memes, dado que a terminologia passou por uma sucessão de reapropriações até chegar ao conceito atual. No entanto, é sabido que em meados dos anos 1990 eram traduzidos piadas, trocadilhos e outras formas de virais que ganhavam destaque em fóruns *online* como memes. Logo, seu conceito primordial foi se transformando com o surgimento da internet e discussões no meio *online*.

Contudo, Shifman (2014) propõe uma mudança drástica nesse conceito etéreo. A autora entende os memes como "itens digitais", sendo textos ou materiais. Então, sua atenção é voltada ao veículo do meme, como ele se apresenta, sua materialidade, e não ao meme em si, como outrora. Portanto, a concepção de meme da autora passa pela ideia de que o meme não é uma ideia ou comportamento, mas consiste em uma mídia, conceito mais condizente com a atualidade, na qual temos acesso a memes quase que constantemente, seja em páginas *online*, redes sociais e mensageiros eletrônicos, principalmente entre o público jovem.

Tendo em mente que o acesso aos memes é uma prática cotidiana dos jovens, torna-se interessante pensá-los de forma a estimular a criticidade no processo de leitura de mundo e memes. Ademais, Ferreira, Villarta-Neder e Coe (2019) explicitam a natureza interativa da linguagem, já que os sentidos são produzidos com base nas relações entre os enunciados, diferente de outros textos em que isso ocorre de forma menos evidente. Além disso, o emprego dos memes favorece um cenário em que são estimuladas discussões que não seriam tão convidativas caso fossem utilizadas outras ferramentas.

Atualmente, com a chegada das Tecnologias Digitais⁷ na sociedade, registraram-se avanços consideráveis na multiplicidade dos textos que englobam as interações sociais, trazendo assim uma demanda para um redimensionamento das práticas educativas. Nesse sentido, Santos e Santos (2014) discutem que é essencial e urgente promover a aproximação entre os campos da Educação e da Comunicação, além de reconhecer que ver, ouvir, interagir, criar e compartilhar são necessidades prementes e um dos principais desafios enfrentados pelos professores na contemporaneidade. Logo, podemos nos apropriar de múltiplos formatos digitais e nos tornarmos criadores, compositores ou colaboradores, dessa forma tornando possível a criação e potencialização dos processos criativos que tenham o digital como suporte, como é o caso das mídias digitais e das redes sociais. Ademais, Silva (2023) elucida que, com a chegada das redes digitais, houve uma aceleração da evolução linguística, estando diretamente ligada à proliferação de informações e opiniões em alta velocidade proporcionadas pelo ambiente conectado que vivemos atualmente. Com o constante uso de redes sociais tornou-se possível outras formas de manifestação da linguagem, entre elas o meme, potente veículo transmissor de sentidos ao leitor.

⁷ Tecnologia Digital pode ser considerada como um conjunto de tecnologias que permite, entre outras coisas, a transformação de qualquer linguagem em linguagem binária, ou seja, em zeros e uns. Qualquer informação que apareça para nós (som, texto, vídeo etc.) na tela de um dispositivo digital são traduzidos em números e lidos por diversos dispositivos, como celulares, *tablets* e computadores. (Ribeiro, s.d.)

De acordo com Braga, Santos e Berto (2020), dados da *Hootsuite* e da *We Are Social* apontam que no ano de 2018 registrou-se 4.021 bilhões de pessoas online, totalizando 53% do planeta. Só as redes sociais contam com cerca de 3,2 bilhões de pessoas, totalizando 42% de todo o mundo. Com isso, os autores ressaltam que a linguagem das/nas redes sociais pode ganhar uma dupla função no ambiente escolar, já que as novas formas de letramentos digitais constituem novos gêneros textuais, ainda traz a tona a tecnologia das máquinas, ao que exige do sujeito uma reflexão mais aprofundada do modo de produção e circulação de conteúdo.

Retornando a Ferreira, Villarta-Neder e Coe (2019), os mesmos apontam o potencial dos memes para um possível deslocamento das práticas de ensino da leitura e produção de textos baseadas em uma perspectiva que dá preferência apenas a sua materialidade linguística, contemplando as dimensões discursivas da linguagem, inserindo assim o contexto de produção e recepção e as finalidades do texto como objeto de discussão. Logo, concluímos que ler memes necessita de uma relação com o contexto sociocomunicativo, exigindo um posicionamento por parte dos sujeitos, mobilizando-os para a interação e discussão dos temas explorados.

Para dar continuidade, trataremos do currículo, documento que rege a dinâmica escolar há séculos e pode ser capaz de expandir nosso olhar, com base nos estudos discursivos foucaultianos sobre o poder dentro dessa instituição. Pudemos observar que o poder não é apenas sobre controle direto, mas opera através do conhecimento, e especialmente no currículo, sendo incluído em materiais escolares, práticas escolares etc. que ajudam a reforçar hierarquias e estruturas vigentes, atuando também como ferramenta pela qual a ideologia dominante é transmitida.

Ademais, perante as temáticas discutidas ao longo da seção envolvendo os processos de docilização dos corpos, na escola como lugar de (re)existência e discutindo sobre a leitura e análise de memes como forma de criar novos modos de existência, pudemos perceber que o conceito de docilização dos corpos foi utilizado por instituições ao longo dos séculos como forma de os disciplinar e tornar obedientes de acordo as exigências das instituições vigentes.

Tal prática é teorizada por Foucault (1985) em sua obra *Vigiar e Punir*, principalmente no contexto das sociedades modernas. Porém, há de se observar o contexto histórico em que foi exercida, pois o mesmo autor argumenta que houve uma mudança na forma com que o poder opera em sociedade. Nas sociedades pré-modernas o poder era exercido, na maioria das vezes, através de opressão física; no entanto, na Modernidade, o poder opera através da disciplinarização do corpo individual; já para a dominação das massas, o autor designou o termo biopoder, que se estende além dos corpos individuais para abranger sociedades inteiras,

operando através de vários mecanismos, incluindo governo, políticas, práticas médicas e normas sociais.

No entanto, assim como toda ação gera uma reação, todo poder gera resistência, logo a escola, local onde o poder exerce influência sobre os corpos, tornou-se palco de resistências e, por que não, de se pensar novos modos de existência. Pensando nisso, podemos perceber que a instituição escolar cumpre um papel crucial em moldar as subjetividades individuais, pois não apenas transmite conhecimento, mas molda sujeitos para se encaixarem em identidades e papéis sociais específicos. Embora seja mais uma forma de exercer controle sobre os corpos, também proporciona aos indivíduos um sentido de existência e identidade dentro da sociedade. Nesse sentido, as escolas são onde os indivíduos passam a se reconhecer como sujeitos. Portanto, mesmo que a instituição escola sirva como local de disciplina e normalização, também podem ser consideradas como locais onde indivíduos, através de atos de resistência e negociação, definem suas identidades e asseguram sua existência.

Por conseguinte, explorar uma linguagem tão comum aos jovens para a sala de aula como os memes pode contribuir para criar novos modos de existência, visto que sua abordagem em sala pode servir de base para o levantamento de discussões sobre linguagem e temas sócio-políticos atuais, estimular o pensamento crítico dos estudantes e ainda preencher um vazio entre a educação tradicional e a cultura digital.

Em virtude do que foi abordado ao longo dessa seção, concluímos que abordar a instituição escola como um espaço de formação de cidadãos aptos para a sociedade, enfatizamos seu papel central na preparação de indivíduos capazes de atuar criticamente no mundo contemporâneo. No entanto, essa formação não ocorre de maneira neutra, pois está diretamente ligada às dinâmicas de poder que permeiam as práticas pedagógicas e curriculares. É nesse ponto que emerge a necessidade de aprofundar a discussão sobre os entrelaçamentos entre poder e currículo, analisando como os sujeitos são constituídos a partir das políticas educacionais e das práticas de linguagem que circulam nesse contexto. A seguir, investigaremos como essas relações de poder moldam novos sujeitos e influenciam o ensino de linguagens, destacando o impacto dessas práticas na formação da subjetividade dos educandos.

3 OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE PODER E CURRÍCULO: novos sujeitos e práticas de linguagem

Conforme os estudos sobre currículo avançaram e diversas teorias curriculares foram criadas ao longo do tempo, explicitou-se certa conexão com o poder, abordado mais especificamente aqui com foco nas teorias curriculares pós-críticas, sob a perspectiva dos estudos foucaultianos sobre o tema. Também buscamos incluir nessa seção discussões sobre as crises do sujeito na modernidade líquida, como definida por Bauman (2001, 2009, 2013). Pensando nisso, essa seção tem o objetivo de compreender como a crise do sujeito pós-crítico se manifesta nos entrelaçamentos entre poder e currículo na BNCC. Além disso, em complemento, buscamos explicitar algumas práticas de linguagem que a BNCC (2018) encara como capazes de auxiliar os sujeitos a desenvolverem maior senso crítico perante a realidade, bem como se inserir em um mundo cada vez mais digital e conectado. Não obstante, a indicação de tais práticas no documento reflete uma preocupação em aliar a realidade dos jovens, em sua grande maioria conectados a aparelhos digitais e redes sociais, à prática educacional no cotidiano escolar. Como imaginado, optamos pela escolha de autores que trabalham na perspectiva foucaultiana sobre poder em currículo, como Veiga-Neto (2008), Favacho (2016), entre outros.

Doravante, nessa seção iniciaremos as discussões sobre as questões envolvendo as crises do sujeito dentro do currículo pós-crítico, na subseção intitulada “Crise no currículo pós-crítico: algumas reflexões sobre o sujeito”, em que traçaremos algumas discussões sobre as crises enfrentadas pelos sujeitos no currículo pós-crítico, pensando na perspectiva de alinhamento com a modernidade líquida. Para tanto, buscamos suporte em autores como Foucault (2014), Macedo (2013), Young (2013), Bauman (2001, 2009, 2013), entre outros.

Para encerrar a seção, intitulamos a subseção como "Considerações sobre as práticas de linguagem na BNCC", na qual pretendemos examinar como a BNCC se estrutura como currículo, além de explicitar de que maneira aborda as práticas de linguagem na formação dos sujeitos. Analisaremos, ainda, seu papel no desenvolvimento de um senso crítico mais apurado e na integração com as tecnologias digitais. Para embasar essa discussão, recorreremos a autores como Soares (2009), Street (2014), Lankshear e Knobel (2003), Rojo (2012), entre outros. Portanto, para dar início às discussões que abrem esta seção, começaremos por discutir sobre o sujeito dentro da crise no currículo na subseção seguinte, intitulada “Crise no currículo pós-crítico: algumas reflexões sobre o sujeito”.

3.1 Crise no currículo pós-crítico: algumas reflexões sobre o sujeito

Após toda a efervescência da década de 60 e suas revoluções, entram em cena as Teorias Pós-Críticas, apresentando uma possibilidade de se construir outras verdades e maneiras de se pensar sobre si. Lopes (2013) salienta que tais teorias já circulavam em língua portuguesa desde 1990, sendo apenas por volta de 2000 que ganharam notoriedade. Em se tratando do Brasil, a teoria foi moldada através do surgimento e contribuição de diversos teóricos. A autora ainda salienta que:

[...] após uma apropriação inicial de Foucault e dos estudos culturais nos anos 1990, desenvolvida principalmente por influência das várias traduções que Tomaz Tadeu da Silva realizou de estudos foucaultianos (1994, 1998), de autores vinculados aos estudos culturais de corte pós-crítico (Silva, 1995, 1999; Hall, 19971) e mesmo de estudos problematizadores dos aportes pós-modernos (Silva, 1993), temos uma larga apropriação de estudos pós-estruturais e pós-coloniais referenciados direta ou indiretamente em Bhabha, Deleuze, Derrida, Laclau, Mouffe, Stuart Hall, assim como leituras pós-estruturais de autores marcados por traços estruturalistas, tais como Michel de Certeau e Boaventura de Sousa Santos (Lopes, 2013, p. 7-8).

Mesmo sendo um campo de estudo estruturado, a autora destaca que a expressão teoria pós-crítica é vaga, já que tenta abranger um conjunto de teorias que problematizam um cenário pós-moderno, marcado por fluidez, irregularidades e subjetivas paisagens, na qual também estão inclusos os estudos pós-estruturais, pós-coloniais, pós-modernos, pós-funcionais e pós-marxistas.

Como podemos notar, houve uma multiplicação dos prefixos para explicitar debates dentro de determinadas perspectivas. Segundo a mesma teórica, o pós-estruturalismo nasce de debates com o estruturalismo sobre suas concepções estruturadas de linguagem. Ainda estando inseridos dentro do estruturalismo, autores como Foucault e Lacan, acabam por construir questionamentos sobre as próprias bases do movimento. Ademais, as semelhanças não param por aí, pois ambas teorias problematizam o privilégio da consciência humana, assim como sua possibilidade de autonomia e autoconhecimento; também reconhecem a linguagem como constituinte do social; e por fim pensam a cultura em termos simbólicos e linguísticos. Por isso, questões envolvendo linguística, identidade e diferença são tidas como centrais. O estruturalismo posiciona o sujeito como um produto das estruturas sociais, culturais e linguísticas que o precedem e moldam suas ações e pensamentos. Nesse sentido, o sujeito não é visto como autônomo ou central, mas como determinado por sistemas maiores de signos e

regras que organizam a realidade, como a linguagem, normas sociais e práticas culturais. Então, o sujeito já em crise dentro do estruturalismo é questionado de forma mais veemente no pós-estruturalismo. "Ao «penso, logo sou» cartesiano é contraposto o «penso onde não sou, sou onde não penso» lacaniano." (Lopes, 2013, p. 8). Assim, buscou-se questionar tanto a estrutura quanto o sujeito em uma perspectiva da era da modernidade líquida, em que tudo está em constante mudança.

Como visto anteriormente, a Teoria Pós-Crítica surgiu como uma nova possibilidade de interpretar a realidade pós-moderna, dando mais atenção ao sujeito e seus desdobramentos na modernidade líquida. Pacheco e Sousa (2016) teorizam que, apesar do que podemos inferir, a teoria pós-crítica não necessariamente é o prolongamento da crítica, pois ambas divergem substantivamente com relação ao modo como pensam a educação e o currículo, especialmente se tratando das concepções de sujeito e contestação política que promovem. Se de um lado a teorização crítica tem como base autores como Giroux (1993, 1997), Apple (2011) e McLaren (1997), compartilhando de uma visão de mudança social através da emancipação e consciencialização, a teorização pós-crítica consiste em uma diversidade de perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas que resultam na desconstrução de verdades socialmente construídas, tendo como autores Corazza (2001, 2005, 2010, 2008), Girotto (2011), Araújo (2007), entre outros.

Com esse novo modo de pensar surgiu também a desconstrução do que se entendia como currículo. Além de outras esferas estudadas nesse novo desdobramento, os estudos curriculares também se preocuparam com a subjetividade. Favacho (2016) salienta que seus pesquisadores deram maior atenção a questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, cultura etc., destacando-se entre 1990 e 2000, e focam na ideia de que os currículos visavam a produção um tipo de mulher, homem, criança, professor, entre outros sujeitos. Os efeitos dessa ação podiam ser notados sobre os sujeitos da escola, como alunos, professores, gestores, comunidade, famílias; bem como em suas dinâmicas sociais, porém principalmente naqueles que se encontravam em condições de gênero, sexualidade, raça, etnia e cultura fora dos padrões normatizadores.

Vale ressaltar ainda que esses estudos focam nas relações de poder por um ponto de vista inferior, vistas por baixo, inseridas dentro de ou entre as relações de poder mais localizadas. No entanto, ainda de acordo com o autor, tais discussões sobre subjetividade no currículo não avançaram, mesmo assim ainda continuaram, como em estudos que a chamavam de "modos ou processos de subjetivação", como foi o caso na obra de Foucault.

Com relação a isso, Foucault (2014) considerava que existiam dois modos de subjetivação: uma sendo desenvolvida de forma mais autônoma, seguindo um código ou

sistematização, na qual deve-se buscar seu valor ao lado das instâncias de autoridade que defendam o mesmo código, que tem sua aprendizagem e obediência impostas e sancionam as infrações, sendo assim realizada de forma quase jurídica; e outra com o olhar voltado para a ética, na qual as subjetividades podem ser alcançadas através dos cuidados de si, em que o indivíduo busca na relação consigo mesmo, suas ações, pensamentos ou sentimentos, uma forma de poder se constituir como sujeito moral. Logo, a ênfase é posta nas relações consigo próprio e em práticas que possibilitam transformar seu modo de ser.

Como dito anteriormente, as teorias curriculares pós-críticas são cercadas de constantes reformas e, de certa forma, resultando em sujeitos em crise, especialmente nesse cenário crítico em que os dispositivos disciplinares e a máquina currículo passam por uma das chamadas crises educacionais contemporâneas (Veiga-Neto, 2008). Ainda de acordo com o autor, atualmente o currículo se encontra à mercê de uma ampla crise da modernidade líquida, pois atende aos ditames da mesma e da sociedade neoliberal, o que acaba resultando como resposta um maior controle da disciplina através de constantes avaliações, classificações, ranqueamentos, ou seja, formando uma rede de controle interconectadas da qual ninguém escapa, sejam alunos professores, gestores e afins.

Por conseguinte, a BNCC (2018) traz algumas considerações sobre os novos estudantes que pretendem formar, sujeitos preparados para a cultura democrática:

Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, condição para a cidadania e para o aprimoramento do educando como pessoa humana, as escolas devem se constituir em espaços que permitam aos estudantes valorizar: a não violência e o diálogo, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou conflitantes; o respeito à dignidade do outro, favorecendo o convívio entre diferentes; o combate às discriminações e às violações a pessoas ou grupos sociais a participação política e social; e a construção de projetos pessoais e coletivos, baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade (Brasil, 2018, p. 465).

Como foi destacado, o documento traz orientações ético-políticas para a formação de sujeitos da aprendizagem, projetando-o para a valorização da cultura democrática. Além de preparar o aluno para enaltecer a democracia representativa como regime político, o texto ainda aponta para a formação de um sujeito-estudante que consiga valorizar princípios eticamente orientados para as práticas democráticas no cotidiano, sem que haja alteração no desenvolvimento do modo de produção capitalista e seus principais elementos, como a propriedade privada, o lucro e a desigualdade social.

No entanto, vale ressaltar que crises em teorias curriculares não são algo novo, visto que a teoria crítica também sofreu percalços. Seu período de emergência data da década de setenta, em que ocorreu o início do processo de abertura política, após a ditadura militar, o que resultou na explosão nacional de uma literatura pedagógica mais progressista, como reação ao tecnicismo educacional em vigor durante o período pós-64. Já as crises datam de antes disso e não ficaram restritas apenas ao campo da educação. O autor destaca a virada do século XX como período histórico repleto de mudanças que tensionam as relações humanas de forma global, como agravamento das desigualdades sociais, persistência da pobreza e miséria, aumento do desemprego, degradação do meio ambiente, acentuação de problemas demográficos, retorno de preconceitos, fatores que criam um cenário em que as certezas são desestruturadas, crenças abaladas e saberes questionados (Moreira, 1997).

No campo da educação, a crise se estabelece nas teorias que enfocam as questões curriculares, sendo a teoria curricular crítica a mais afetada, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, majoritariamente por conta do descompasso entre teoria e prática e ao grande crescimento de temáticas abordadas, em virtude da influência do pós-modernismo e dos estudos culturais (Moreira, 1997). Na tentativa de buscar compreender e transformar a sociedade através de uma análise interdisciplinar e emancipatória, a teoria curricular crítica viu-se em crise, pois à medida que o mundo passava por modificações, surgiam questionamentos sobre sua eficiência em abordar os novos desafios.

Corroborando com as discussões sobre a crise, Young (2013) aponta que a crescente aceitação entre os pesquisadores da Educação de que o conhecimento carece de significado ou validade intrínsecos é um fator que contribui para este cenário. Portanto, essa perspectiva pode resultar em uma abordagem que não reconhece devidamente o valor do conhecimento considerado "poderoso" e universal, levando à ausência de critérios claros para a elaboração do currículo. Além desse fator, soma-se também a elaboração da BNCC, que visa padronizar o ensino no país, ao que Santos (2022) afirma parecer haver uma diminuição da importância do professor no processo de ensino-aprendizagem. A interação entre estudante, conhecimento e vida real, mediada pelo protagonismo, seria suficiente para promover, incentivar e atribuir significado ao aprendizado. A BNCC pode diminuir a importância do professor ao padronizar o currículo e definir com rigor o que deve ser ensinado, limitando a autonomia docente. Ao centralizar as diretrizes educacionais, o professor assume um papel mais de executor do conteúdo prescrito do que de mediador crítico, reduzindo sua capacidade de adaptar o ensino às especificidades de seu contexto e dos alunos. Dessa forma, o protagonismo se revela como

uma condição fundamental para assegurar a ligação com o conhecimento, ao invés de ser algo que será desenvolvido ao longo da trajetória escolar.

No entanto, Macedo (2013) vai contra a ideia de crise no campo do currículo, pois tal perspectiva tem fortalecido discursos que atingem os sujeitos, reforçando a ideia de educação como reconhecimento, fazendo com que a teoria renuncie seu potencial subversivo da ordem estabelecida e se aproxime do discurso político redutor. Dessa forma, a autora argumenta que essa noção atua como um "exterior constitutivo" que estabiliza os discursos sobre o currículo, restringindo a circulação de diversos significados e reforçando a hegemonia de determinados discursos, ocultando as particularidades dos discursos curriculares e contribuindo para a exclusão de outras interpretações.

Retornando a questão do sujeito dentro da modernidade líquida, primeiramente ressaltamos a definição que Bauman (2001) traz sobre o termo, o definindo como uma condição da sociedade atual, em que as instituições sociais perdem sua firmeza e se tornam fluidas, desencadeando uma era de desapego, temporalidade e individualismo, caracterizada por uma liberdade que, de forma paradoxal, gera insegurança, fazendo com que as relações humanas se tornem frágeis e mercantilizadas. Nisso, a responsabilidade recai sobre as energias individuais, o que resulta em um sentimento de impotência e solidão nas grandes metrópoles.

No que tange à educação nos tempos da modernidade líquida, o autor destaca a natureza excêntrica e imprevisível das mudanças contemporâneas que acabam por colocar em xeque os pressupostos tradicionais da pedagogia. Em tempos líquidos, a educação deve ser vista como um processo contínuo e permanente, capaz de se ajustar às rápidas e constantes transformações do mundo, pois os sujeitos precisam estar prontos para aprender e se requalificar ao longo da vida, visto que as certezas do passado não são mais válidas (Bauman, 2009).

Sobre o comportamento dos sujeitos no contexto educacional, Santos, Luna e Bardagi (2014) alertam para o cuidado em promover uma reflexão crítica sobre a modernidade líquida e de desenvolver um pensamento crítico nos jovens, com foco especialmente no autoconhecimento e nas suas realidades sócio-históricas, dessa forma auxiliando-os a desenvolver um maior senso crítico com relação ao mundo ao seu redor e assim ter condições de expandir sua visão para outras possibilidades de existência. Tal ênfase pode vir a se relacionar com os conceitos discutidos dentro do currículo pós-crítico, que procura transcender as abordagens tradicionais e considerar as complexidades e incertezas do mundo atual.

Dentro da BNCC (2018), compreendemos que a constituição do sujeito é impactada de diversas maneiras, entre elas ao integrar conceitos de multiletramentos, competências gerais e uma visão crítica e contextualizada da educação, contribuindo assim para a formação de sujeitos

autônomos, críticos e ativos na sociedade. Por conseguinte, o documento propõe que a educação deve ser um espaço de construção de identidade ao valorizar a diversidade cultural e as diferentes formas de expressão, incentivando assim os sujeitos a se reconhecerem em suas singularidades e contextos.

Nesse contexto, ao dar ênfase nos multiletramentos e na interpretação crítica de diferentes tipos de texto e mídia, permite que os estudantes desenvolvam uma postura analítica em relação à informação, sendo tal posicionamento crítico essencial para que os indivíduos possam discernir, questionar e desafiar discursos dominantes e injustiças sociais. Dessa forma, a BNCC, embora proponha a formação de sujeitos que vão além do simples consumo de informação, colocando ênfase na problematização e na aplicação em práticas sociais, não está isenta de críticas, pois ao promover o trabalho colaborativo e a convivência entre estudantes, busca uma formação voltada para a constituição do sujeito como ser social, mas corre o risco de instrumentalizar tais competências de forma funcionalista, atendendo às demandas de um mercado que exige habilidades como empatia, escuta ativa e capacidade de trabalho em equipe. A ênfase nas competências sociais e emocionais pode ser interpretada como um movimento de ajuste à lógica neoliberal, que transforma a educação em um meio de produzir sujeitos flexíveis e adaptáveis, mais aptos a atender às exigências do capital. Além disso, ao "considerar" a bagagem cultural dos estudantes e suas vivências, a educação parece assumir um caráter compensatório e individualizante, sem questionar as condições estruturais que limitam o acesso a uma educação equitativa e realmente significativa.

Dessa forma, o discurso da BNCC pode ser lido não apenas como uma tentativa de valorizar o sujeito em seu contexto, mas também como uma forma de domesticação, visando adequar esses indivíduos a um sistema que pouco se preocupa com transformações sociais profundas. No entanto, é inegável que os fatores que envolvem a modernidade líquida afetam a vida de todos. No caso dos jovens, especialmente na educação, Bauman (2013) argumenta que ao invés de funcionar como um ambiente para o desenvolvimento crítico e reflexivo, pode ser afetada pela lógica do consumismo, em que o aprendizado é encarado como um produto a ser comprado, em vez de buscar por uma formação abrangente. Não obstante, as necessidades e os desejos humanos são frequentemente "comodificados", convertidos em mercadoria, produto, impactando a forma como os jovens entendem suas próprias aspirações e a busca por felicidade e realização. Portanto, é fundamental que a educação possa apresentar alternativas a esse consumismo desenfreado ao incentivar uma formação que valorize a criatividade, a reflexão crítica e a busca por significados que vão além do ato de consumir.

No que tange a crise da modernidade e o currículo, Veiga-Neto (2008) explica que as mudanças curriculares atuais são “sintomas implicados” dessa crise, que se manifesta na desintegração do projeto de uma fundação absoluta da Filosofia e na aceitação de que não há uma única verdade, resultando em uma multiplicidade de verdades. Tal realidade desencadeia uma reavaliação das práticas educacionais e curriculares, evidenciando uma transição do foco na disciplina para o controle, que está profundamente relacionada à liquidez do pós-moderno e à flexibilidade do currículo. Ou seja, enquanto a disciplina moderna tem como objetivo produzir corpos dóceis, o controle pós-moderno visa gerar corpos flexíveis.

O autor argumenta ainda que diante da crise que se manifesta nos eixos da disciplina-saber e da disciplina-corpo, algumas "soluções" foram pensadas, como, no primeiro aspecto, encontram-se as pedagogias inter, contra, pluri e transdisciplinares, além da transversalidade temática no currículo. No segundo aspecto, em resposta aos relatos e denúncias sobre o aumento da violência escolar, as técnicas de controle e contenção disciplinar nas escolas são aprimoradas, frequentemente, tendo um retorno das antigas práticas disciplinares, agora intensificadas e exaltadas. Dessa forma, as alterações no currículo são vistas como parte de um movimento mais abrangente de adaptação às novas realidades sociais, culturais e econômicas que surgem na contemporaneidade.

Vale ressaltar a frequente tensão que ocorre dentro do currículo, configurando-se como um território onde ocorrem intensas disputas em relação aos significados. Ele não é um simples veículo que transporta informações a serem passadas e assimiladas, mas representa um lugar que, mesmo em tensão, a cultura é criada e recriada, dessa forma envolvendo processos de criação, recriação, contestação e transgressão (Moreira e Silva, 1994). Por conseguinte, entendemos que o currículo contribui para perpetuar as dinâmicas de opressão e discriminação enfrentadas por determinados grupos sociais, também para questionar os arranjos sociais que sustentam tais condições.

Após refletir sobre a crise no currículo pós-crítico, em que questões em torno do sujeito e da subjetividade são tensionadas frente às dinâmicas contemporâneas de poder e conhecimento, torna-se fundamental observar como essas discussões impactam as práticas de linguagem na educação brasileira. A BNCC, como um documento normativo, traduz essas tensões em orientações práticas, influenciando diretamente o ensino de línguas e a constituição dos sujeitos no ambiente escolar. Na próxima subseção, analisaremos como as práticas de linguagem propostas pela BNCC se relacionam com as reflexões curriculares, especialmente em seu potencial para formar sujeitos críticos e autônomos.

3.2 Considerações sobre as práticas de linguagem na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é fruto de um extenso processo de debate e negociação coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) com o campo educacional e a sociedade brasileira, com o objetivo de elaborar uma norma orientadora da Educação Básica no país, organizada, articulada e coerente em direitos de aprendizagem, manifestados em dez competências gerais que visam guiar o desenvolvimento escolar de crianças e jovens desde a creche até a etapa terminal da Educação Básica.

O documento foi assinado pelo então Ministro da Educação, José Mendonça Filho (2016-2018), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undim) que o exalta como uma inovação na Educação, ao declarar que "[...] o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo" (Brasil, 2018, p. 5) e o concebe como um documento plural e contemporâneo, com inspiração nas mais avançadas experiências do mundo, como podemos perceber:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (Brasil, 2018, p. 5).

Com isso, o documento se propõe a servir de base para todas as escolas do país, proporcionando assim um ensino padronizado para a Educação Básica brasileira. Diante disso, Francisco (2018) afirma que ela está estruturada em dois fundamentos pedagógicos: desenvolvimento de competências e promoção da educação integral. Ainda, apresenta dez competências gerais a serem trabalhadas na escola para que tais fundamentos pedagógicos sejam alcançados. A BNCC e os letramentos se conectam diretamente na medida em que o documento reconhece a importância das múltiplas formas de linguagem no desenvolvimento dos estudantes, indo além da alfabetização tradicional. Ao incorporar os letramentos, a BNCC valoriza práticas que envolvem a leitura crítica de diferentes mídias e linguagens, incluindo o uso de tecnologias digitais. Isso reflete a necessidade de formar sujeitos capazes de interpretar e se comunicar de maneira eficaz em contextos contemporâneos, onde os letramentos digitais são cada vez mais essenciais. Dentre os esforços empenhados para que os fundamentos

pedagógicos sejam promovidos, destacamos o reconhecimento dos letramentos, novos letramentos e multiletramentos, visto que são práticas de linguagem que visam contribuir para um maior aproveitamento das práticas educacionais existentes.

Antes de tudo, vale ressaltar como alguns teóricos definem as já citadas práticas. Segundo Soares (2009), foi na segunda metade dos anos 80 que o termo letramento surgiu no discurso dos especialistas da área da Educação e das Ciências Linguísticas, sendo uma de suas primeiras ocorrências no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística* (1986), de Mary Kato. Pouco tempo depois, há uma nova ocorrência, no livro *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, de Leda Verdiani Tfouni, que o distingue de alfabetização, sendo talvez esse o momento chave que se firma como termo técnico para a Educação e as Ciências Linguísticas. A autora explica que foi buscar o sentido do termo letramento, como o conhecemos hoje, na versão portuguesa da palavra de língua inglesa *literacy*, que vem do latim *litera* (letra), com a adição do sufixo *-cy*. Portanto, *literacy* se resume ao "estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever" (p. 17). Nisso, fica explicitada a ideia de que escrever traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, seja para o grupo social em que é introduzida, seja para o indivíduo que a aprende a usar.

[...] do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever - *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*, tornar-se *alfabetizado*, adquirir a "tecnologia" do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita - tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu *estado* ou *condição* em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. O "estado" ou a "condição" que o indivíduo ou o grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por *literacy* (Soares, 2009, p. 18)

Portanto, podemos inferir que o termo representa o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever, assim sendo o estado ou condição alcançada por um grupo social ou um indivíduo como consequência da apropriação da escrita.

No entanto, Silva e Pinho (2019) dizem que alguns estudiosos do letramento argumentam sobre a dificuldade de formular uma concepção teórica do termo, porém alguns são unânimes ao assegurar que não existe apenas "um letramento", mas "letramentos", e que desde sua origem até as concepções atuais, o letramento está relacionado ao uso que se faz da escrita em diversos contextos, levando em conta as relações estabelecidas entre sujeitos, sociedade e a utilização de material escrito.

Quanto à sua análise, pode partir de duas perspectivas ou modelos, com base na proposta de Street (2014) e seus "Novos Estudos do Letramento", que são: os modelos autônomo e ideológico de letramento.

O primeiro:

tende a se basear na forma de letramento do "texto dissertativo", prevalente em certos círculos ocidentais e acadêmicos, e a generalizar amplamente a partir dessa prática restrita, culturalmente específica. O modelo pressupõe uma única direção em que o desenvolvimento do letramento pode ser traçado e associa-o a "progresso", "civilização", liberdade individual e mobilidade social. Ele isola o letramento como uma variedade independente e então alega ser capaz de estudar suas consequências (p. 44).

Logo, nota-se que o letramento autônomo se baseia na ideia de que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita é um fenômeno neutro e universal, com ênfase no aprimoramento dessas competências de forma individual, criando um padrão que limita as habilidades de desenvolvimento da leitura e da escrita, impondo um único tipo de letramento que todos devem aprender de maneira uniforme. Assim, baseia-se em uma abordagem unidimensional, ignorando a diversidade e a complexidade dos indivíduos que participam do processo de aprendizagem do sistema linguístico.

Silva (2004) identifica falhas nesse modelo, entre as quais destaca o determinismo tecnológico, que pressupõe que o progresso social depende exclusivamente do desenvolvimento de certas tecnologias, como a televisão e a computação. Além disso, esse modelo ignora as variações culturais, adotando uma perspectiva economicista e etnocêntrica.

Portanto, "todos esses fatores desqualificam o modelo autônomo por ser discriminatório contra o 'iletrado' e por ser baseado em textos escritos em detrimento da oralidade." (Silva, 2004, p. 8).

Quanto ao segundo modelo, o ideológico, Street (2014) buscou opor-se ao autônomo ao afirmar que:

Aqueles que aderem a este segundo modelo se concentram em práticas sociais específicas de leitura e escrita. Reconhecem a natureza ideológica e, portanto, culturalmente incrustada dessas práticas. O modelo ressalta a importância do processo de socialização na construção do significado do letramento para os participantes e, portanto, se preocupa com as instituições sociais gerais por meio das quais esse processo se dá, e não somente com as instituições "pedagógicas" (p. 44).

Portanto, percebemos que o autor concebe as práticas de leitura e escrita como resultados sociais e históricos, permitindo uma discussão que leva à desconstrução da noção de que as habilidades de leitura e escrita são processos neutros e desvinculados do contexto em que são desenvolvidos. Ou seja, esse modelo adota uma perspectiva que reconhece a não neutralidade na aquisição da leitura e da escrita, o que pode possibilitar uma reflexão sobre as relações de poder que afetam a definição de um modelo a ser seguido.

Para Sousa, Pinho e Santos (2022), a análise e compreensão dos usos da leitura e da escrita fora do ambiente escolar é um dos principais diferenciais do letramento ideológico em comparação ao autônomo. Esse enfoque permite expandir o alcance das práticas de leitura e escrita para outros contextos sociais, sem, contudo, desconsiderar ou excluir as pesquisas e trabalhos realizados a partir do letramento escolar, que se baseia no modelo autônomo. Conseqüentemente, o letramento ideológico tem como objetivo ir além do conceito convencional de letramento escolar, concentrando-se na forma como as pessoas se relacionam com a leitura e a escrita em suas rotinas diárias, valorizando práticas de leitura e escrita que frequentemente não são reconhecidas pela escola, mas que são fundamentais em situações reais, como a leitura de sinais e a interpretação de documentos. Dessa forma, busca reconhecer a diversidade das experiências de letramento no dia a dia e a relevância dessas práticas para a vida das pessoas.

Vale ressaltar que a imposição de um único modelo de letramento pode ser perigosa, pois configura-se como um instrumento de hegemonia e controle por parte de uma classe dominante sobre uma classe subordinada, utilizando a escola para disseminá-lo e valorizá-lo, reproduzindo desigualdades sociais. O modelo ideológico reconhece a relevância da escola como uma instituição social que promove o letramento, mas não a vê como a única entidade capaz de fomentar essas práticas, apesar de ser a que oficialmente as implementa (Sousa, Pinho e Santos, 2022).

A diversidade de culturas em nosso país e em nossas comunidades se torna cada vez mais visível. A educação, inevitavelmente, tem sido profundamente impactada pela globalização e pela presença das tecnologias. Essas novas tecnologias geraram a demanda por novas habilidades, ao que Lankshear e Knobel (2003) chamaram de “novos letramentos”, sendo classificados em duas grandes categorias: a primeira categorizada como novos letramentos pós-tipográficos, associadas com as novas tecnologias de comunicação e informação, ou geralmente aparelhos eletrônicos; já a segunda categoria é mais flexível e compreende letramentos que são relativamente novos cronologicamente e/ou que são novos para serem reconhecidos como letramento, mesmo dentro de uma perspectiva sociocultural.

Os autores destacam que há uma ambiguidade e tensão sobre a ideia dos estudos dos novos letramentos. Entretanto, quando se fala em "estudar os novos letramentos", podem estar se referindo a estudos sobre as novas formas de letramento. Portanto, ao invés de ser sobre uma nova forma de olhar o letramento, este ponto de vista corresponde a olhar para novas formas de letramento.

Outro conceito relevante que surgiu a partir de uma demanda por novas práticas de leitura na área da educação foi o de multiletramentos. Rojo (2012) afirma que a demanda por uma pedagogia dos multiletramentos foi cunhada em 1996 por meio de um manifesto elaborado pelo Grupo de Nova Londres (GNL) intitulado *A Pedagogy of Multiliteracies - Designing Social Futures*. Neste, o grupo ressalta a necessidade de a escola levar em consideração os novos letramentos em emergência na sociedade contemporânea, em parte pelas TICs⁸ e a inclusão curricular da grande variedade de culturas presentes na sala de aula, visto que se encontram em um mundo cada vez mais globalizado e tem como característica a intolerância ao conviver com diversas culturas.

A autora explica ainda que o conceito de multiletramentos difere do de letramentos (múltiplos), pois este aponta para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, que podem ser valorizadas ou não socialmente, já os multiletramentos dizem respeito a dois tipos específicos de multiplicidade presentes na sociedade contemporânea: "a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica." (Rojo, 2012, p. 13). É inegável que considerar a variedade de tecnologias e meios de comunicação presentes atualmente, assim como a diversidade de idiomas e formas de expressão surgidas em meio a cultura digital é fundamental para pensar um novo conjunto de letramentos que ultrapasse o letramento tradicional.

De acordo os autores responsáveis pelas discussões levantadas pelo Grupo de Nova Londres⁹ (GNL, 2021), a variedade de canais de comunicação e a crescente diversidade cultural e linguística na sociedade contemporânea demandam uma compreensão de letramento mais abrangente do que a proposta pelas abordagens tradicionais focadas na língua. Eles afirmam que a adoção de abordagens da pedagogia dos multiletramentos permitirá que os alunos atinjam paralelamente os objetivos de aprendizagem no campo do letramento, aprimorando seu acesso à linguagem do trabalho, do poder e da comunidade, ao mesmo tempo em que promovem o

⁸ Tecnologias da Informação e Comunicação.

⁹ *A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* (1996), conseqüentemente, *Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais*, traduzido para o português por Delse Nancy de Moraes, Gabriela Claudino Grande, Rafaela Saleme Bolsarin Blazotti e Roziane Kella Grando, publicado na Revista Linguagem em Foco, v. 13, n. 2, 2021.

engajamento crítico necessário para moldar seu futuro social e alcançar sucesso por meio de atividades significativas.

No que tange a BNCC (2018), é dado destaque ainda para as práticas contemporâneas de linguagem no Ensino Médio, como a cultura digital, culturas juvenis, novos letramentos e multiletramentos, processos colaborativos, interações e atividades envolvendo mídias e redes sociais, processos de circulação de informações e hibridização dos papéis nesse contexto. Além disso, fenômenos relacionados à esfera da internet ganham destaque, como a pós-verdade e o efeito bolha, entre outros, visto que interferem no processo de formação e diversidade dos sujeitos. Nisso, percebemos que a abordagem dos multiletramentos dentro do documento perpassa por uma perspectiva mais ampla de letramento e formação integral dos estudantes, pois reconhece a diversidade de linguagens e modos de comunicação que permeiam a vida contemporânea, refletindo a complexidade do mundo atual e a necessidade de desenvolver habilidades que vão além da leitura e da escrita tradicionais.

Nesse sentido, tal abordagem busca preparar os alunos para uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias e por uma multiplicidade de formas de expressão, visto enfatiza que o letramento deve ser visto como um processo dinâmico, que abrange não apenas a alfabetização convencional, mas também a compreensão crítica de diferentes linguagens e contextos. Além disso, propõe ainda o desenvolvimento de competências gerais que incluem a habilidade de analisar e produzir textos em diversos formatos. No campo da linguagem, especificamente, é destacado que os estudantes devem ser capazes de compreender e produzir textos em diferentes mídias, implicando numa formação que abarca a leitura e a escrita de textos digitais, visuais, gráficos e outros formatos. Outro destaque é dado a interpretação e crítica de discursos, em que os alunos são incentivados a desenvolver uma postura crítica em relação à informação e às narrativas que consomem, o que é essencial para a formação de cidadãos informados e participativos.

É importante observar também como a BNCC reconhece a importância de abordar a diversidade cultural e linguística do Brasil no contexto dos multiletramentos ao levar em conta que as práticas pedagógicas devem incluir diferentes referências culturais e formas de expressão, valorizando o repertório dos alunos e suas realidades. Dessa forma, posiciona o conceito em questão como uma parte essencial do letramento contemporâneo, reconhecendo que as habilidades de leitura e escrita devem ser ampliadas para incluir uma diversidade de formas de expressão e comunicação a fim de preparar os alunos para um mundo complexo e em constante mudança, onde a capacidade de navegar por diferentes linguagens e mídias é fundamental para a participação ativa na sociedade. A implementação efetiva dessa perspectiva

requer mudanças nas práticas pedagógicas e na formação de educadores, enfatizando a importância da diversidade e da crítica na educação.

Pensando nisso, o documento ainda ressalta a importância da valorização das culturas na vida dos estudantes, além do diálogo com os letramentos, como podemos ver a seguir:

Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados (Brasil, 2018, p. 478)

Com isso, é notória sua preocupação com a valorização dos letramentos locais, parte essencial de cada estudante, em que se prega estudar os novos sem descartar os locais. Rojo e Almeida (2012) argumentam que seja qualquer sentido que carregue a palavra "multiletramento", os estudos são unânimes em apontar algumas características importantes:

(a) eles são interativos; mais que isso, colaborativos; (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbais ou não]); (c) eles são híbridos, fronteirios, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas) (p. 23).

Desta forma, podemos dizer que não poderia haver lugar melhor para eles existirem do que "nas nuvens", além de que sua melhor maneira de se apresentar seria na estrutura ou formato de redes (hipertextos, hipermídias). Pensando em cultura digital, a BNCC (2018) compreende que, no Ensino Médio, o ensino de Língua Portuguesa permite aos estudantes explorar sua utilização na cultura digital, culturas juvenis etc., além de possibilitar a ampliação de perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional.

Retornando à discussão sobre as práticas de linguagem, é necessário levarmos em consideração as mídias, quer sejam digitais ou não. No que diz respeito a esta, a BNCC (2018) traz que as novas ferramentas disponíveis em edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam possíveis a grande parte das pessoas a produção e disponibilização de textos multissemióticos na internet. Logo, se esse mundo tão flexível se mostra aberto ao público, inclusive para crianças, por que não o abraçar na escola, visto que, está entre os objetivos do documento contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, sejam basicamente

lineares ou até os que envolvem a hipermídia. Santos (2022) argumenta que os jovens são atraídos por tal cultura, entretanto não considera que o acesso a ela possa ser levado em conta como baliza para a educação, visto que há desigualdade no acesso a aparelhos tecnológicos com relação a classe social no país. Levando em conta o ambiente superficial do mundo virtual, o uso crescente de aplicativos e redes sociais talvez não esteja direcionando os usuários a tomada de atitude, mas sim contribua para um maior comodismo com relação ao sistema vigente ou até os deixando a mercê de discursos de ódio e propagandas.

Quanto a esfera digital, Santos (2021) argumenta que a sociedade contemporânea estimula e promove a criação de um sistema interativo, tanto síncrono quanto assíncrono, com alcance global, que se destaca pela fusão de diversas linguagens. Esse modelo interativo, resultado dos avanços tecnológicos iniciados no final do século XX, tem gerado mudanças na estrutura social, assim como no desenvolvimento linguístico e cultural dos sujeitos. Com isso, as maneiras de sociabilidade e as interações entre os sujeitos superam as limitações convencionais de tempo e espaço, frequentemente se deslocando do ambiente físico para o contexto midiático, o que favorece a formação de ambientes virtuais de interação.

Moran (2007) já abordava a questão ao afirmar que as tecnologias são pontes que permitem a abertura da sala de aula para o mundo, mediando o nosso conhecimento do mundo. Também podem ser concebidas como diferentes formas de representação da realidade, assim possibilitando uma melhor apreensão da realidade e o conseqüente desenvolvimento de todas as potencialidades do estudante. As tecnologias nos permitem captar vários ângulos de um mesmo objeto, representando-o pelos movimentos, cenários, sons etc. Logo, se a educação é um processo contínuo de construção da consciência crítica, tal construção se inicia com a problematização dos dados que chegam até nós direta e indiretamente, recontextualizando-os numa perspectiva que nos soe familiar e coerente, num novo texto, uma nova síntese criadora.

Esse processo de construção começa ainda cedo, na infância. Como salienta ainda o mesmo autor, a criança é educada pela mídia, principalmente pela televisão, aprendendo através dela a informar-se, a sentir, fantasiar, entre outros aspectos. Tudo que envolve a relação entre a criança e a mídia eletrônica é recebida com agrado, sem forçar, desenvolvida através da sedução da tela para com olhos sedentos por um mundo ainda desconhecido. Diante disso, refletimos que a educação escolar está muito atrás no que diz respeito a incorporar essas novas ferramentas. O autor ainda aconselha que a educação necessita "compreender e incorporar mais as novas linguagens" (Moran, 2007, p. 4), revelando seus códigos, dominando possibilidades e suas manipulações.

Através do estudo dos multiletramentos, como traz a BNCC (2018), e de suas implicações no Currículo Pós-Crítico, podemos compreender a leitura de memes a partir de uma perspectiva pedagógica que busca promover uma educação mais alinhada com as demandas da sociedade contemporânea, pois representa uma forma de linguagem e comunicação muito usada pelos jovens em idade escolar, além do caráter multimodal dos memes, combinando linguagem verbal e imagética para produzir efeitos de sentido de humor. Em suma, a inclusão da leitura de memes em sala de aula pode ser vista como uma possibilidade de explorar as linguagens em funcionamento como forma de incluir a comunicação e expressão dos estudantes, incentivando a criatividade e o pensamento crítico.

Ao discutir os entrelaçamentos entre poder e currículo, destacamos como as práticas educacionais e de linguagem influenciam a constituição de novos sujeitos, refletindo as dinâmicas sociais e políticas que atravessam a escola. Essas práticas não apenas transmitem conhecimento, mas também moldam formas de resistência e subversão diante dos discursos hegemônicos. Nesse sentido, o próximo passo é explorar uma proposta concreta de intervenção educativa: a leitura de memes como modos de (re)existência. Essa abordagem traz os memes, fenômenos culturais contemporâneos, para o centro da sala de aula, oferecendo uma oportunidade de subverter e ressignificar discursos através da linguagem digital, promovendo uma educação crítica e conectada com as realidades atuais dos estudantes.

3 PRODUTO EDUCACIONAL: leitura de memes como modos de (re)existência

Atualmente, levando em consideração que estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais conectada ao mundo *on-line*, há a necessidade de incorporar esse fato a realidade escolar, seja através do uso de novas tecnologias nesse ambiente ou utilizar desses meios para atrair os alunos para discussões sobre temas político-sociais, possibilitando o desenvolvimento de uma análise crítica da sua própria realidade. Em decorrência de um mundo interligado, notamos que as tecnologias digitais se tornaram ferramentas indispensáveis para acesso à informação, visto que as telas hoje são muito mais do que um espaço de leitura e escrita, mas também se tornaram espaços de aprendizagem. Tendo isso em mente e a compreensão de que os memes são um gênero que permeia o meio digital, adotamos como tema desse produto educacional a leitura e interpretação de memes em sala de aula como fomentador de reflexões e discussões sobre o sujeito e seus modos de (re)existência, além de temas político-sociais a fim de incrementar o senso crítico dos educandos.

Aliado a isso, compreendemos que, com a chegada das tecnologias digitais, os modos de existir e interagir na contemporaneidade se transformam, impactando, portanto, a comunicação social. Como resultado, novas necessidades comunicativas emergem, acompanhando a expansão das oportunidades para a produção e disseminação de gêneros textuais. É diante desse cenário propenso a novas práticas comunicativas que visamos salientar a inclusão dos memes nas práticas educacionais, visto que se configura como um gênero textual emergente característico do ambiente digital que conquistou seu espaço nesse cenário cibercultural devido à sua rápida propagação (Cardoso, Alcântara e Matta, 2019). Diante disso, pensamos como problema como tornar a leitura de meme em um processo estimulante para a criticidade diante da cultura digital?

Na perspectiva das tecnologias digitais e da cibercultura, nesta pesquisa os memes são encarados “como artefatos cultural e textual do ambiente virtual, isto é, elementos que, nas redes sociais, transportam informações e carregam ideias, emoções, argumentos, pontos de vista, configurando-se de maneira diferenciada e se consolidando como gênero discursivo.” (Lima e Castro, 2016). Como visto, tal ambiente facilita a rápida disseminação desses textos e oferece uma grande flexibilidade, pois além de serem compartilhados em diversas redes, podem ser criados, alterados e recriados, podendo resultar em diversas estruturas e conteúdo. Nos contextos de produção textual, os memes se tornam um gênero híbrido, onde a imagem e o texto interagem de forma complementar. Como gênero, eles têm uma grande capacidade de replicar ideias, sendo extremamente dinâmicos e efêmeros. Quando uma ideia, conceito, cena ou evento

se torna relevante socialmente, é possível criar um meme que pode ser compartilhado e modificado inúmeras vezes.

Portanto, concebemos como justificativa para elaboração desse PE o crescimento do uso das redes sociais e consequente proliferação dos memes, especialmente entre os jovens em idade escolar, logo faz-se pertinente aliar esta ferramenta tão acessível ao contexto escolar. Tradicionalmente, as aulas na disciplina de Língua Portuguesa dão abertura para que o professor possa trabalhar com temas das mais variadas esferas, então pensamos na possibilidade de trazer os memes para serem analisados em sala de aula, numa perspectiva pós-crítica materializada em sua leitura e interpretação, possibilitando assim produzir outros modos de (re)existência, além de despertar reflexões e causar discussões sobre temas político-sociais da atualidade, dessa forma também auxiliando no fortalecimento do senso crítico dos estudantes.

Consequentemente, um elemento que se faz presente nesse contexto é a multimodalidade, pois a internet possibilita o acesso e a reinterpretação de textos em diversas semioses. Kress e Leeuwen (2001) a definem como um campo de pesquisa que explora as formas de comunicação criadas por diversos recursos semióticos e como esses elementos contribuem para a construção de signos em contextos sociais particulares. Sendo assim, o meme pode ser encarado como um gênero discursivo complexo em sua composição e nas variadas abordagens em que pode servir de apoio em sala de aula, pois possui apelo entre o público jovem, o que facilita a interação e consegue responder a diferentes contextos sociais e culturais.

Para a realização desse PE, temos como objetivo geral propor práticas de leitura de memes na perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos, com foco nas abordagens de temas sócio-políticos como forma de ampliar práticas de (re)existência dos sujeitos. Para isso, assumimos os pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos para a análise discursiva desses memes, a fim de levantar reflexões e fomentar discussões em sala de aula, possibilitando assim que os alunos fortaleçam sua criticidade perante fatos da realidade ao seu redor. Já como objetivos específicos, buscamos identificar as condições de possibilidade dos memes e como seus elementos verbo-visuais podem ser analisados através dos estudos discursivos foucaultianos; investigar como elementos visuais funcionam discursivamente na produção de sentido; e por fim propor um percurso de leitura de memes como apoio nas práticas educacionais a fim de incrementar a criticidade dos estudantes.

A metodologia arqueogenealógica de Foucault pode ser aplicada na leitura de memes como modos de (re)existência ao explorar as condições históricas e discursivas que possibilitam sua criação e circulação, bem como as relações de poder que atravessam esses processos. Na dimensão arqueológica, a análise de memes busca entender os contextos culturais, sociais e

tecnológicos que permitem sua emergência como forma de comunicação contemporânea, considerando como os memes estruturam e disseminam discursos, valores e identidades. Essa abordagem revela como certas ideias e formas de resistência se consolidam ou se transformam no ambiente digital.

A genealogia, por outro lado, complementa essa análise ao investigar as dinâmicas de poder subjacentes aos memes, revelando como eles podem tanto reforçar quanto subverter normas e hierarquias sociais. Os memes, ao se apropriarem de discursos dominantes e ressignificá-los de maneira crítica, irônica ou humorística, podem funcionar como ferramentas de resistência simbólica e (re)existência, desafiando estruturas de poder vigentes e criando novas formas de subjetivação. Assim, a arqueogenealogia permite interpretar os memes não apenas como produtos culturais efêmeros, mas como práticas discursivas que participam ativamente das lutas por significado, identidade e poder na sociedade contemporânea.

Os temas abordados nos memes são bastante diversos, indo de conteúdos leves e divertidos a críticas sociais e políticas. Em certas ocasiões, os memes podem tanto perpetuar estereótipos quanto questioná-los, incentivando um pensamento crítico sobre questões relevantes para a comunidade. No contexto escolar, os memes proporcionam novas possibilidades para práticas de leitura e escrita, desde que sejam incorporados a uma metodologia que incentive os alunos a perceberem o potencial comunicativo dos textos que produzem através de gêneros populares, que se relacionam com a realidade dos estudantes (Xavier, Souza e Oliveira, 2019).

Chatfield (2012, p. 21) afirma que “Somos criaturas tecnológicas. Faz parte de nossa natureza ampliar a nós mesmos e ao mundo – a ir além dos limites e nos adaptarmos.” Logo, a escola não pode ignorar as transformações causadas pelas inovações tecnológicas das últimas décadas e deve possibilitar a inclusão digital dos sujeitos em seu espaço. Atualmente, é notório que estar conectado já é parte da rotina dos alunos, assim o sistema educacional precisa buscar maneiras de interagir com essa nova dimensão tecnológica, comunicativa e comportamental nas práticas pedagógicas, permitindo que os alunos utilizem os dispositivos digitais como ferramentas para adquirir conhecimento. Nessa perspectiva, Capelin e Lottermann (2023) destacam que o gênero discursivo digital meme é amplamente disseminado em plataformas que são acessadas diariamente pelas pessoas, assim, tornando-se uma ferramenta eficaz para a produção e divulgação de conhecimentos. Portanto, os indivíduos envolvidos nessas práticas linguístico-discursivas multimodais devem (re)conhecer a essência constitutiva e dinâmica desse gênero, entendendo-o de forma ativa e responsiva em relação à sua função social como texto-discurso.

Vale ressaltar que na contemporaneidade, especialmente no contexto da internet, a leitura apresenta uma série de características distintas que refletem as transformações sociais, tecnológicas e culturais, como a multimodalidade, caracterizando-se para envolver diferentes tipos de textos e mídias. Além do texto escrito, inclui imagens, vídeos, infográficos e outros elementos visuais e sonoros, exigindo assim que os leitores desenvolvam habilidades para interpretar e integrar diversas formas de informação. Outra característica é a interatividade, em que os leitores não são apenas consumidores passivos de informação, mas participantes ativos que podem comentar, compartilhar, curtir ou remixar conteúdos, permitindo uma relação mais dinâmica com o texto e promovendo a construção coletiva do conhecimento (Lankshear e Knobel, 2003).

É notável que a internet democratiza o acesso à informação, permitindo que uma vasta gama de conteúdos esteja disponível para diferentes públicos, o que resulta em uma diversidade de vozes, estilos e formatos, refletindo uma pluralidade cultural que enriquece a experiência de leitura, que quando feita no mundo *online*, tende a ser não linear, com os leitores navegando entre *links*, seções e referências de maneira não sequencial. Essa característica desafia a noção tradicional de leitura, que muitas vezes seguia um fluxo linear, e exige uma nova forma de organização do pensamento e da informação. Sendo assim, na era digital, os leitores frequentemente utilizam técnicas de *skimming*¹⁰ e *scanning*¹¹ para lidar com a grande quantidade de informações disponíveis. Essas estratégias são necessárias para a gestão do tempo e a seleção de conteúdos relevantes, mas podem impactar a profundidade da compreensão, o que impacta na habilidade crítica para avaliar a credibilidade e a relevância das fontes, que acaba por exigir um olhar atento às questões de veracidade, viés e contexto, promovendo uma postura crítica em relação ao que se consome. Outra questão são os algoritmos disponíveis nas plataformas digitais utilizados para personalizar a experiência de leitura, recomendando conteúdos com base nos interesses e comportamentos dos usuários. Isso pode levar a bolhas informativas, onde os leitores são expostos predominantemente a visões que reforcem suas crenças pré-existentes (Carr, 2010).

¹⁰*Skimming* é um método que visa captar o máximo de informações em um primeiro contato com um texto. Consiste em uma leitura superficial, onde se faz uma rápida passagem pelos conteúdos para identificar a ideia principal e o tema central. Fonte: http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1056/1/Estrat%C3%A9gias%20de%20leitura%20-%20Skimmig%20e%20Scanning_Camila%20Hofling.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

¹¹*Scanning* complementa a anterior e costuma ser realizada após a leitura *skimming* do texto, sendo, portanto, um tipo de leitura mais detalhada e atenta, que permite ao leitor extrair informações específicas do conteúdo. É uma abordagem mais aprofundada que varia conforme os objetivos do leitor. Fonte: (idem).

Consequentemente, a leitura na internet pode afetar a maneira como os leitores processam e retêm informações, pois a sobrecarga de informações e a distração constante podem levar a uma diminuição da atenção sustentada e da capacidade de memorização, uma vez que a leitura *online* frequentemente é interrompida por notificações e outros estímulos. Tais aspectos, como os citados anteriormente, refletem mudanças significativas na forma como consumimos e interagimos com a informação. Para lidar com essas novas dinâmicas, é essencial desenvolver habilidades de letramento que englobem não apenas a leitura crítica, mas também a capacidade de navegar de forma eficaz em um ambiente informacional complexo e em constante mudança, fundamentais para a formação de cidadãos informados e engajados na sociedade atual.

Quanto a rapidez e superficialidade presente na modernidade, salientamos que o PE desenvolvido aqui propõe se distanciar de tais aspectos ao transformar o consumo e produção de memes em um espaço de reflexão crítica e ressignificação de discursos. Enquanto a modernidade digital muitas vezes privilegia a rapidez e a superficialidade, o PE visa, ao invés de simplesmente consumir memes de maneira rápida e sem reflexão, promover a leitura crítica e discursiva dessas representações culturais. Ao interpretar um meme como um "texto multimodal", os alunos são incentivados a examinar camadas de significado, como os contextos históricos, sociais e políticos que o circundam, promovendo um distanciamento da leitura superficial ao enfatizar a necessidade de uma análise mais crítica.

Nessa proposta, concebemos os memes como formas de (re)existência, porque podem desafiar, subverter ou ressignificar discursos dominantes. Enquanto o ambiente digital moderno muitas vezes amplifica discursos de poder e narrativas hegemônicas, os memes podem ser usados como ferramentas de resistência, permitindo que grupos marginalizados expressem suas vozes de maneira criativa e crítica, contrastando com a superficialidade moderna, pois envolve o uso de uma linguagem aparentemente simples para articular questões profundas de identidade, poder e luta social. Ainda, a proposta também encoraja a criação de novos memes como forma de (re)existência, pois ao produzir seus próprios memes, os estudantes podem reescrever narrativas dominantes, transformando-os em veículos para expressar suas realidades e contextos. Tal ação ativa e consciente de significados contraria a superficialidade e passividade frequentemente associadas ao consumo digital rápido e não reflexivo.

Outro aspecto que reconhecemos é que os memes são poderosos no contexto de movimentos sociais e engajamento político, logo concebemos que os memes podem funcionar como ferramentas de ação coletiva e política. O envolvimento dos alunos com memes críticos pode permitir que compreendam como essas representações visuais e textuais participam de

debates sociais, ampliando sua compreensão de resistência política e cultural, afastando-se da visão da modernidade que enfatiza o consumo rápido e passivo de conteúdo. Assim, ao valorizar a análise crítica e a produção ativa, o PE ressignifica os memes em ferramentas poderosas para o exercício da cidadania, da crítica social e da criatividade cultural.

Quanto às estratégias, ressaltamos nosso objetivo de estimular a análise crítica e ressignificar os memes em ferramentas de reflexão e resistência, incentivando os estudantes a ir além da simples recepção visual rápida. Em vez de apenas consumir o meme em sua superfície, os alunos seriam encorajados a contextualizá-lo dentro de um panorama social, político e histórico, identificando os discursos e as ideologias subjacentes. Também pode ser analisado o uso da ironia, do sarcasmo e da intertextualidade, aspectos comuns nos memes, mas que demandam uma leitura mais crítica. Assim, objetivamos a diminuição da superficialidade ao enfatizar que os memes são textos culturalmente ricos, que requerem tempo e atenção para serem compreendidos em todas as suas camadas de significação.

Como os memes são textos multimodais que combinam imagem, texto, som (nos casos de vídeos ou *gifs*) e elementos de *design* gráfico, torna-se fundamental promover o desenvolvimento de multiletramentos, o que implica em ensinar os alunos a ler diferentes linguagens e sinais semióticos presentes no meme, entendendo como a imagem e o texto interagem para criar significado e quais referências culturais ou históricas estão implícitas na composição do meme, por exemplo. Tal prática de leitura não apenas desacelera o processo de consumo de memes, mas também treina os alunos para se tornarem leitores mais conscientes e reflexivos em relação às diferentes formas de texto que encontram na internet.

Outra estratégia que pode ser trabalhada é incentivar os alunos a criar seus próprios memes como uma forma de (re)existência, pois essa produção não seria feita de forma impulsiva ou simplesmente humorística, mas como uma resposta crítica a contextos sociais ou culturais. Nessa perspectiva, os estudantes poderiam ser orientados a ressignificar discursos dominantes por meio da criação de memes que questionem estereótipos, preconceitos ou estruturas de poder, o que exige uma reflexão mais crítica sobre o propósito do meme, suas possíveis interpretações e o público-alvo. Tais estratégias tornam o processo de produção de memes uma ação consciente e crítica, evitando a superficialidade e promovendo a criatividade e a resistência cultural.

Retornando a Capelin e Lottermann (2023), ambos afirmam que a disseminação do meme abrange o interlocutor real, que está imerso em práticas sociais no ciberespaço e "consome" textos e discursos interativos, atraentes, de fácil acesso, leitura rápida e fluida. Logo, o meme se estabelece como um espaço de interação onde se criam relações na produção,

circulação e recepção desses enunciados. Nesse sentido, Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) argumentam que no meme, as linguagens verbais e verbo-visual se entrelaçam, utilizando como referência um texto ou discurso previamente criado. Dessa relação interdiscursiva, que representa um fenômeno textual e discursivo que abriga, de maneira mais ou menos explícita, as conexões entre textos, gêneros e estilos, emerge um novo texto, uma releitura, que geralmente possui um caráter humorístico ou crítico.

Diante disso, visamos aqui contribuir para a expansão das estratégias de leitura através da confecção de um caderno pedagógico intitulado “Leitura de memes como modos de (re)existência” em que traçamos percursos metodológicos para que se possa usufruir de uma leitura mais crítica e aprofundada dos memes, voltados para turmas do Ensino Médio. Dessa forma, os professores podem discuti-los em sala de forma a fomentar discussões e incentivar a consciência crítica dos estudantes. De acordo Rizzatti *et al.* (2020), a CAPES especifica que manuais de leitura se encaixam na categoria "Material didático/instrucional", que são propostas de ensino englobam propostas de experimentos e atividades práticas, além de materiais textuais, como os manuais, mídias educacionais, blogs e afins.

Portanto, buscando utilizar de uma ferramenta de difusão de ideias tão potente quanto o meme da internet, pretendemos tornar este objeto, surgido fora dos ambientes formais, um objeto de aprendizado a ser tematizado e problematizado, visando auxiliar professores do Ensino Médio das áreas de Linguagens e seus códigos, mais especificamente na disciplina de Língua Portuguesa, a trabalhar com este tipo de mídia com seus alunos, a fim de despertar reflexões e discussões sobre assuntos relevantes do cotidiano. Ainda, devido à alta circulação desse tipo de conteúdo no ambiente das redes sociais, local onde a maioria dos jovens em idade escolar estão presentes, faz-se pertinente o seu aproveitamento em sala de aula, também podendo servir de artifício para aproximação entre alunos, professor e o tema abordado.

Como público alvo principal deste produto, buscamos atender aos professores do Ensino Médio das áreas de Linguagens e seus códigos, mais especificamente docentes de Língua Portuguesa, especialmente da rede pública, que desejam buscar novos artifícios para ampliar os horizontes interpretativos e de subjetivação dos sujeitos em sala de aula. Temos como uma das finalidades contribuir diretamente para a atividade profissional do professor, equilibrando conhecimentos teóricos com o desenvolvimento de estratégias para a utilização de memes em sala de aula, promovendo um ambiente que facilite o levantamento de discussões sobre temas político-sociais da realidade dos estudantes. Ademais, o ambiente virtual também propicia outros conhecimentos aos alunos, como Komesu e Tenani (2009) afirmam que o “internetês” pode ser importante para observar como a escrita pode ser um modo de enunciação que resulta

da interação entre diferentes práticas sociais, permitindo que os sujeitos se reconheçam e se constituam por meio da linguagem, pois a dinâmica da comunicação na internet reflete a interação social e histórica entre os usuários. Essa discussão pode ser indiretamente relacionada ao conceito de memes, já que os memes são uma forma de comunicação digital que também envolve a criatividade, a interação social e a adaptação de conteúdo.

A escolha da disciplina se deve ao fato da menção específica que a BNCC dá ao meme, concedendo-lhe importância para o trabalho e desenvolvimento de certas habilidades no componente curricular de Língua Portuguesa, aqui com enfoque no Ensino Médio. Em muitos trechos do documento é destacada a importância de se trabalhar as mídias na prática educacional, destacando o aparecimento e evolução de novos gêneros, como *posts*, *tweets*, memes e *vlogs*, assim como surgem novas ações e atividades, como curtir, comentar, compartilhar e remixar, que demandam o desenvolvimento de habilidades distintas. Logo, não se trata apenas de substituir ou coexistir com diferentes mídias, mas sim de como a interação e a convergência entre elas transformam seus usos e geram novas oportunidades para a construção de significados (Brasil, 2018).

Outra menção ao emprego dos memes acontece nas competências específicas do ensino de Língua Portuguesa. Primeiramente, destacamos que as estas foram desenvolvidas pela BNCC visando padronizar as práticas educacionais sobre o que deve ser ensinado e aprendido em cada área do conhecimento para facilitar e servir de base para o planejamento e a implementação das atividades pedagógicas em território nacional e consistem em um conjunto de habilidades e conhecimentos que os alunos devem adquirir durante a Educação Básica, em cada área do conhecimento. Quanto ao uso dos memes, lemos a Competência Específica 7 do componente curricular de Língua Portuguesa:

Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018).

No corpo do texto que segue a explanação sobre tal competência, percebemos que a mesma trata das práticas de linguagem no ambiente digital que vem impactando várias áreas sociais, ressaltando que os jovens precisam cultivar uma perspectiva crítica, criativa, ética e estética em relação às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), capacitando-os a selecionar, filtrar, compreender e produzir significados de maneira crítica. Para alcançar isso, é ressaltado ser fundamental que os estudantes investiguem tanto as

interfaces técnicas, “(como a das linguagens de programação ou de uso de ferramentas e apps variados de edição de áudio, vídeo, imagens, de realidade aumentada, de criação de *games*, *gifs*, memes, infográficos etc.)” (Brasil, 2018, p. 497), quanto às interfaces críticas e éticas, que os auxiliem na avaliação de informações e na criação de novos conteúdos a partir do que já existe.

Além dessa menção, também o termo meme é empregado na EM13LP43: “Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, *gifs*, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.” (BNCC, 2018, p. 522). Com isso, o documento destaca que atuar de maneira fundamentada, ética e crítica na produção e compartilhamento de conteúdos digitais é essencial, o que implica em basear opiniões em informações confiáveis e agir de forma responsável, respeitando os direitos dos outros e evitando a disseminação de desinformação. É importante também analisar e questionar o conteúdo, refletindo sobre suas intenções e possíveis preconceitos, racismo e discursos de ódio. Ao produzir e compartilhar, deve-se considerar a influência que esses conteúdos têm na opinião pública, garantindo uma comunicação clara e respeitosa. Além disso, é fundamental adaptar a comunicação às dinâmicas específicas de cada plataforma digital.

Quanto à utilização de um caderno pedagógico como suporte para incentivar o aprimoramento do senso crítico dos estudantes do Ensino Médio, especificamente no componente curricular de Língua Portuguesa, argumentamos que um material como esse voltado para a leitura crítica de memes pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de certas habilidades, como a potencialização da leitura crítica e interpretativa da realidade de cada estudante, visto que os memes frequentemente apresentam camadas de significado que vão além do texto literal. Ao explorar esses conteúdos, os alunos são incentivados a considerar o contexto cultural, social e político em que os memes foram criados, o que os ajuda a interpretar subtextos e mensagens implícitas. Além disso, o estudo de memes requer que os alunos identifiquem e analisem o discurso presente, incluindo elementos como ironia, sarcasmo e humor, que são frequentemente utilizados para transmitir mensagens complexas de forma concisa.

Outro aspecto que pode ser melhorado é o desenvolvimento da escrita argumentativa, que é enriquecido pela reflexão sobre memes, pois os alunos são incentivados a produzir textos que discutam o impacto e as implicações de determinados conteúdos. Esse processo aprimora a habilidade de construir argumentos coerentes e de utilizar evidências textuais para sustentar suas opiniões. Ademais, a análise de memes pode servir como um ponto de partida para debates em sala de aula, promovendo o desenvolvimento de habilidades orais e argumentativas, além

de capacitar os alunos a articular seus pensamentos de maneira clara e persuasiva. Além das habilidades citadas, salientamos que o engajamento com temas contemporâneos é uma característica essencial dos memes, pois refletem eventos atuais e questões político-sociais, permitindo que os alunos se conectem com assuntos relevantes e tornem a aprendizagem mais significativa.

A abordagem trabalhada durante a elaboração do manual de leitura baseou-se nos estudos discursivos foucaultianos, assim como em autores que discorrem sobre a leitura de memes e compartilhem desse mesmo horizonte teórico e por fim em estudos que discutem sobre o emprego de memes como motivador de discussões e críticas a respeito de assuntos envolvendo questões político-sociais. Na nossa perspectiva, entendemos como relevante nos basear nos estudos discursivos foucaultianos como abordagem para a análise discursiva de memes, especialmente ao levar em conta a natureza complexa e multifacetada dos mesmos na cultura contemporânea. Os memes, como unidades de informação visual e textual que se disseminam rapidamente na internet, atuam como formas condensadas de discurso que refletem, reforçam e, em algumas ocasiões, desafiam normas sociais, valores culturais e relações de poder. Dessa forma, ao buscar suporte nos estudos discursivos foucaultianos para a análise discursiva de memes, entendemos que isso possibilita uma interpretação profunda e crítica dessas manifestações culturais, pois tal abordagem oferece as ferramentas essenciais para compreender não apenas os significados explícitos dos memes, mas também os sistemas de poder, conhecimento e identidade que são reforçados ou contestados por meio deles.

No que diz respeito às imagens utilizadas, foram selecionados quatro memes circulados entre os anos de 2018 a 2024 que atingiram relevância nas redes sociais ou repercutiram em sites de notícias a fim de melhor explorar assuntos que envolvem temáticas político-sociais. Já quanto às análises dos memes, nos baseamos nos estudos de autores que discorrem sobre os estudos discursivos foucaultianos, tendo como ponto de partida a materialidade de estudos de imagens meméticas, procedendo de questões foucaultianas sobre enunciado, discurso e sujeito, sendo assim indispensável para analisar os memes em questão. Por fim, as imagens aqui analisadas consistem em memes que possam discorrer sobre temas político-sociais e que podem vir a despertar a sensibilidade crítica dos alunos sobre a realidade ao seu redor.

Quanto à confecção do caderno pedagógico, foi utilizada a ferramenta de edição virtual *Canva*, disponível *online*, por se tratar de um *software* de acesso livre, manuseio intuitivo e com variedade de opções de edição gratuitas. A disponibilidade do produto educacional se dará

de forma *online*, divulgado através da plataforma institucional SA *Saber Aberto*¹², visto que é de fácil compartilhamento e acesso e condiz com a sociedade atual que está cada vez mais digitalizada.

Sobre o *Canva*, Reis, Capp e Nienov (2021) explicam que consiste em uma plataforma *online* que permite a criação de *designs* gráficos editáveis para diversas finalidades, como infográficos, panfletos, apresentações, vídeos e artes para redes sociais. Os usuários podem criar uma conta utilizando um *e-mail* ou uma conta do *Google*, e a plataforma oferece uma versão gratuita com recursos como imagens, filtros, ícones e formas. Além disso, o *Canva* disponibiliza ferramentas para personalização de *designs*, como a criação de *QR Codes* e paletas de cores, e permite a publicação e armazenamento dos materiais em outras plataformas, como *Google Drive* e redes sociais.

Figura 1: Página inicial do *Canva*



Fonte: captura de tela do autor, 2024.

Ainda segundo os autores, a plataforma oferece a possibilidade de criar diversos materiais em um único ambiente, com dimensões padronizadas. Os modelos são organizados em categorias como redes sociais, *marketing* e documentos, como pode ser observado na Figura 1. Também permite a criação de vídeos editáveis, adição de música a apresentações e animações, além do desenvolvimento de sites responsivos e *GIFs*. Os modelos disponíveis são editáveis, permitindo alterações em cores, textos, fontes e imagens, sendo que o usuário tem a liberdade de poder usar todas as páginas do modelo ou selecionar apenas algumas, além de optar por um modelo em branco para personalização. As páginas podem ser duplicadas e reorganizadas, e é possível adicionar notas do apresentador e comentários em cada uma delas.

¹² <https://saberaberto.uneb.br/home>

Ressaltamos que a criação desse produto educacional oferece uma possibilidade de contribuição para as práticas de leitura em sala de aula a fim de promover discussões críticas sobre temas político-sociais entre os sujeitos em ambiente escolar. Além disso responde a várias demandas educacionais contemporâneas, como expandir o senso crítico dos alunos, visto que ao propor uma leitura discursiva de memes, estamos contribuindo para uma reflexão mais crítica sobre as mensagens, os contextos sociais e políticos relacionais a tais temáticas. Não obstante, os memes, que muitas vezes carregam críticas sociais, ironias e humor, podem servir como gatilhos para debates sobre temas como gênero, desigualdade social, racismo e questões de cidadania, estimulando a análise crítica dessas representações.

Concomitante a isso, contribui para a reflexão sobre o sujeito e os modos de (re)existência em ambiente escolar. Nesse sentido, a leitura discursiva de memes possibilita aos estudantes identificar como indivíduos e grupos subvertem discursos dominantes, reivindicam suas identidades e desafiam normas por meio da cultura digital. Ademais, destacamos a valorização das linguagens digitais ao incorporar os memes ao ambiente educacional, respondendo à necessidade de integrar as novas formas de comunicação digital à prática de leitura. Com isso, o produto educacional aproxima o conteúdo escolar da realidade dos alunos, utilizando uma linguagem com a qual eles estão familiarizados e que faz parte de seu cotidiano, tornando o aprendizado mais significativo. Nessa perspectiva, acreditamos que os memes são capazes de cruzar diferentes áreas de conhecimento, pois envolvem cultura, política, arte, tecnologia, e linguística, logo, seu uso em sala de aula pode favorecer uma abordagem interdisciplinar em relação aos componentes curriculares, permitindo que temas de história, sociologia, filosofia e linguagens, por exemplo, sejam trabalhados conjuntamente.

Quanto às considerações que pudemos alcançar com a elaboração do PE, compreendemos que a leitura discursiva de memes pode se revelar como uma prática efetiva para fomentar o pensamento crítico entre os alunos, pois os memes, como formas de comunicação contemporânea, são carregados de significados implícitos e explícitos que refletem questões sociais, políticas e culturais, que, ao serem interpretados, auxiliam os estudantes a desconstruir estereótipos, ironias e discursos presentes na sociedade. Paralelo a isso, ao destacarmos as formas de (re)existência como fio condutor do produto, destacamos como os memes podem ser ferramentas de resistência e reinvenção identitária, de modo que os alunos percebam que os memes muitas vezes funcionam como formas de resistência cultural, onde indivíduos ou grupos expressam suas identidades e contestam as normas sociais dominantes.

Além do citado, destacamos a leitura discursiva de memes em sala de aula como facilitador de diálogo sobre temas político-sociais urgentes, como desigualdade, preconceito, e direitos humanos, sendo que o ambiente digital, do qual os memes fazem parte, configura-se como um campo fértil para a circulação de narrativas políticas e sociais. Ao promover discussões a partir dos memes, o produto educacional ajuda a aproximar os alunos de questões reais e complexas da vida cotidiana, tornando o aprendizado mais conectado à realidade e propenso a questionar com mais profundidade os significados ocultos e as implicações das mensagens transmitidas pela cultura digital, desenvolvendo uma postura crítica não só diante dos memes, mas também de outros conteúdos midiáticos. Em suma, os memes, por serem amplamente consumidos e até mesmo produzidos pelos alunos, trazem uma linguagem familiar para dentro da sala de aula, facilitando o engajamento em relação aos conteúdos explorados. Tal familiaridade possibilita uma maior participação nas atividades, ao mesmo tempo em que oferece um novo olhar sobre algo que eles já conhecem fora da sala, mas que agora está sendo inserido em um contexto mais crítico e acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi exposto durante a realização dessa pesquisa, o diálogo entre os objetivos propostos converge na intersecção entre a crítica ao poder disciplinar no ambiente escolar e o uso da prática de leitura discursiva de memes visando possibilitar novas formas de (re)existência. Para isso, cada objetivo específico contribui de maneira direta para a construção de uma análise crítica que culmina no objetivo geral de analisar como a leitura discursiva de memes pode proporcionar aos sujeitos novas possibilidades de (re)existência no ambiente escolar diante os mecanismos de poder presentes nas normas curriculares, como veremos a seguir. Ao investigarmos como as práticas de docilização dos corpos no ambiente escolar podem ser transformadas em formas de (re)existência através da leitura discursiva de memes, concluímos que Foucault, em sua vasta obra sobre poder e disciplina, descreve a escola como uma instituição que contribui para a docilização dos corpos, ou seja, a conformidade e submissão dos sujeitos às normas. A leitura discursiva de memes, contudo, oferece uma via de escape ou subversão a essas práticas de controle ao trazê-los para o contexto educacional, pois assim torna-se possível analisar como os alunos podem reinterpretar as normas disciplinares impostas. Como se configura como formas dinâmicas de discurso, os memes são frequentemente usados para contestar ordens estabelecidas, criticando padrões de poder e hierarquias sociais. Assim, sua análise discursiva pode ser transformada em um espaço de resistência e reconfiguração do sujeito, possibilitando que estudantes expressem sua subjetividade de maneiras não normativas.

Ao observarmos como a crise do sujeito na modernidade líquida se manifesta nos entrelaçamentos entre poder e currículo na BNCC, entendemos que a mesma pode ser concebida como uma estrutura que impõe padrões e regulações sobre o ensino, funcionando como um mecanismo de poder que molda o comportamento e o saber dos sujeitos. Na era da modernidade líquida, descrita por Bauman, o sujeito vive em um estado constante de fluxo, onde identidades e certezas são continuamente questionadas. Nessa perspectiva, os entrelaçamentos entre poder e currículo evidenciam essa crise do sujeito contemporâneo, uma vez que o currículo oficial muitas vezes exclui ou marginaliza formas de saber e de ser que não se alinham com os padrões dominantes. Dessa forma, o uso de memes como práticas de leitura pode constituir uma forma de (re)existência, ao oferecer aos alunos um meio de expressar e negociar suas identidades frente aos entrelaçamentos de poder, enquanto simultaneamente desafiam as definições tradicionais de conhecimento.

Quanto a elaboração de um caderno de leitura de memes para beneficiar professores de Língua Portuguesa, visamos conectá-lo diretamente à prática pedagógica ao propor a criação de um caderno pedagógico que incorpore a leitura discursiva de memes no ensino de Língua Portuguesa. Isso permite que professores utilizem os memes como ferramentas para engajar os alunos em discussões sobre temas político-sociais de maneira mais crítica, assim fomentando o desenvolvimento de um senso crítico nos estudantes, abrindo espaço para que eles conseqüentemente questionem suas próprias realidades e as normas sociais que as regem. Com isso, o objetivo geral proposto anteriormente é alcançado ao articular esses três objetivos específicos, pois a investigação sobre a docilização dos corpos e a resistência, a análise da crise do sujeito na modernidade líquida em face do currículo, e a criação de um material didático com foco na leitura discursiva de memes convergem para oferecer uma abordagem crítica e reflexiva que possibilita aos estudantes exercerem sua subjetividade e autonomia em um ambiente dominado por normas de poder, culminando assim na construção de uma pedagogia crítica na qual os memes, enquanto formas de resistência discursiva, não só desafiam a docilização dos corpos, mas também ampliam o campo de possibilidades para que os sujeitos reconfigurem suas existências dentro e fora do ambiente escolar, promovendo uma educação que privilegia a reflexão, a crítica social e a resistência às formas de controle impostas pelo currículo.

A obra de Foucault oferece uma análise crítica sobre como as instituições, aqui especificamente a escola, atuam sobre os corpos e subjetividades a fim de moldá-los e controlá-los em função de interesses sociais e econômicos específicos. Ao considerar a escola como uma instituição de dominação, Foucault buscou argumentar em sua obra as formas que o capitalismo socializou o corpo humano como uma força produtiva, sugerindo que, para controlar a sociedade, é necessário direcionar esforços ao controle dos corpos por meio da biopolítica, que é a forma que desde o século XVIII buscou-se racionalizar os problemas enfrentados pela prática governamental em relação a um conjunto de viventes organizados em população. Nesse contexto, a escola se destaca como um espaço privilegiado para a docilização dos corpos, onde os indivíduos são moldados de acordo com as exigências do sistema vigente.

No centro dessa análise, o autor ainda introduz o conceito de anatomia política, que descreve como o poder se infiltra nos corpos, manipulando-os e transformando-os em corpos dóceis, conceito crucial para entender o papel da escola como instituição na formação de sujeitos que são simultaneamente singulares e subordinados às normas sociais. Além disso, como foi ressaltado nesta pesquisa, as argumentações de Deleuze (1992), por exemplo, ampliam a análise foucaultiana ao sugerir que estamos passando de uma sociedade disciplinar

para uma sociedade de controle, onde a educação, em vez de ser um meio fechado e distinto do trabalho, se torna um processo contínuo de monitoramento e controle. Isso reflete uma mudança na forma como o poder é exercido, com a biopolítica da população dando lugar a uma ecopolítica planetária, onde o foco se desloca para a regulação do planeta como um todo.

No contexto brasileiro, a BNCC representa um exemplo contemporâneo da continuidade desses mecanismos de poder. Como documento normativo, estabelece um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas por todos os alunos, funcionando como um dispositivo de governamentalidade que molda as subjetividades dos estudantes. Ao definir quais conhecimentos e habilidades são valorizados, não apenas padroniza a educação, mas também exerce controle sobre as práticas pedagógicas e as identidades que se constroem nas escolas. No decorrer da pesquisa, percebemos que a análise foucaultiana aplicada à BNCC revela que, ao delimitar o que deve ser ensinado, o documento normativo atua como um mecanismo de poder que não apenas padroniza a educação, mas também influencia a formação de subjetividades que são fundamentais para a manutenção das estruturas de poder, pois, ao controlar o que é considerado conhecimento válido, o documento participa ativamente na formação de cidadãos que são ao mesmo tempo singulares e subordinados às necessidades do Estado e do mercado. Simultaneamente, ao limitar a autonomia dos professores e das escolas, exemplifica como o poder se infiltra nas práticas educacionais, reforçando normas e excluindo alternativas que poderiam desafiar a ordem estabelecida.

A inclusão dos multiletramentos na BNCC representa um avanço significativo no reconhecimento da diversidade de linguagens e práticas culturais no processo educacional, visto que esse conceito amplia a ideia de letramento tradicional (centrado na leitura e escrita de textos impressos), para incorporar uma variedade de formas de comunicação e expressão que emergem na era digital e globalizada. A partir dessa perspectiva, compreendemos que o documento, ao escolher integrá-los, reconhece que os alunos vivem em uma sociedade plural, onde as formas de comunicação variam entre culturas, contextos sociais e meios tecnológicos. Isso inclui não apenas as linguagens verbais e escritas, mas também as visuais, digitais e midiáticas, permitindo que os alunos interajam de forma mais rica e significativa com o mundo ao seu redor, valorizando assim suas diferentes culturas e contextos regionais e fomentando uma educação mais inclusiva e democrática.

Na inclusão dos multiletramentos, o documento mostra-se alinhado às demandas do século XXI, onde a comunicação se dá amplamente através de meios digitais. Ferramentas como redes sociais, blogs, *vlogs*, jogos, e aplicativos são considerados centrais na vida dos jovens, e compreendê-las criticamente é essencial para sua formação como cidadãos. Tendo

isso em mente, tal alinhamento propõe uma preparação dos alunos para se tornarem leitores e produtores de conteúdos digitais, buscando promover uma educação que vai além da simples decodificação de textos, mas que envolve a análise crítica de múltiplos modos de expressão, como imagens, vídeos, infográficos e memes. Tal abordagem incentiva assim o desenvolvimento de uma visão mais crítica sobre as mensagens midiáticas, promovendo uma compreensão mais profunda dos discursos de poder, ideologias e valores subjacentes a esses conteúdos. Em suma, tal inclusão configura-se como uma resposta às transformações sociais e tecnológicas contemporâneas, oferecendo uma educação mais conectada com a realidade dos alunos. Ao valorizar as múltiplas formas de comunicação e expressão, o documento busca promover uma educação mais inclusiva, crítica e voltada para o futuro, embora isso também traga desafios em termos de adaptação pedagógica e formação docente.

Ao tratarmos dos memes, ressaltamos seu papel em promover novas formas de expressão que podem atuar como ferramentas de resistência no contexto escolar. Por meio do humor e da ironia, os memes têm o potencial de subverter normas e questionar práticas educativas opressivas, promovendo reflexões críticas e possibilitando a criação de novos modos de existência para os sujeitos. Portanto, destacamos o emprego de memes como uma ferramenta pedagógica que enriquece o processo educacional. A abordagem parte da ideia de que o ambiente escolar não se limita à transmissão de conhecimento, mas também se configura como um espaço de experimentação e criação, onde as subjetividades são moldadas e as identidades são negociadas.

Como ressaltado durante o texto, destacamos o potencial da leitura discursiva de memes em sala de aula, visto que a relação entre a mesma e o poder pode ser compreendida a partir da interseção entre os mecanismos de controle social e as formas de resistência e subversão presentes no discurso digital. Ao trazer os memes para sala de aula podemos observar como essas formas de comunicação expressam e contestam dinâmicas de poder que permeiam a sociedade, pois são construídos a partir de discursos sociais, culturais e políticos que refletem e reforçam certas estruturas de poder ao perpetuar estereótipos, hierarquias sociais e narrativas hegemônicas ao reproduzir ideologias dominantes de forma aparentemente inofensiva ou humorística. Já em sala de aula, o professor pode incentivar os alunos a analisar criticamente como certos memes reproduzem discursos de opressão, como racismo, sexismo ou xenofobia, promovendo uma leitura crítica das mensagens implícitas e explícitas.

Ao mesmo tempo, os memes podem funcionar como uma ferramenta de resistência discursiva, subvertendo os discursos dominantes e oferecendo formas alternativas de existir no mundo, possibilitando assim que grupos marginalizados ou sujeitos que enfrentam opressão

criem novas narrativas e formas de representação, desafiando as estruturas de poder que os controlam. A leitura discursiva de memes em sala de aula, portanto, permite que os alunos identifiquem essas formas de (re)existência e reflitam sobre como o humor, a ironia e a crítica presentes nos memes podem ser uma forma de contestação e subversão do poder. Logo, quando os alunos são incentivados a ler criticamente esses discursos digitais, são capazes de desenvolver uma compreensão mais crítica das relações de poder e das formas de resistência, o que pode contribuir para uma educação emancipatória.

A crise do currículo é outro aspecto relevante em nossa pesquisa, já que se relaciona à crise da modernidade líquida, onde certezas e verdades absolutas são questionadas, resultando em uma multiplicidade de perspectivas e na necessidade de reavaliar as práticas educacionais. Essa crise evidencia a tensão entre disciplina e controle, com o currículo se tornando um campo de intensas disputas sobre significados e poder. Em virtude do que foi abordado durante essa pesquisa, percebemos que apesar de as Teorias Pós-Críticas formarem um campo de estudo consolidado, o termo “pós-crítico” é, em certa medida, impreciso, pois abrange um conjunto diversificado de teorias que compartilham uma crítica ao contexto pós-moderno. Esse contexto é caracterizado pela fluidez, irregularidades e subjetividade, refletindo as complexas dinâmicas da modernidade líquida, onde as estruturas sociais perdem sua solidez, tornando-se instáveis e mutáveis.

Percebemos também como a teoria pós-crítica no Brasil foi influenciada por pensadores como Foucault, Deleuze e Derrida, que questionaram as bases do estruturalismo e propuseram uma crítica mais radical ao sujeito e à linguagem, desafiando sua autonomia e autoconhecimento, reconhecendo a linguagem como um elemento constitutivo do social e enfatizando questões de identidade e diferença.

No âmbito educacional, a teoria pós-crítica trouxe uma nova perspectiva sobre o currículo, centrando-se na subjetividade e nas relações de poder dentro do ambiente escolar. Os currículos passaram a ser vistos como instrumentos que produzem subjetividades específicas, influenciando a formação de indivíduos de acordo com padrões de gênero, raça, etnia e cultura. Embora as discussões sobre subjetividade no currículo tenham avançado, elas enfrentam desafios para se manterem progressivas, refletindo a dificuldade de acompanhar as rápidas transformações sociais e educacionais.

Entretanto, a implementação de um currículo padronizado apresenta desafios, especialmente em um país com a diversidade cultural e socioeconômica do Brasil. A BNCC reconhece a importância de práticas pedagógicas contemporâneas, como os letramentos, novos letramentos e multiletramentos, que refletem as transformações nas formas de comunicação e

interação na sociedade atual. A inclusão dessas práticas é essencial para preparar os estudantes para a realidade digital e globalizada em que vivem.

O debate sobre letramento, abordado nesta pesquisa, evidencia a complexidade e as múltiplas dimensões envolvidas no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. A distinção entre os modelos autônomo e ideológico de letramento destaca as diferentes abordagens possíveis para se pensar o letramento. Enquanto o modelo autônomo tende a ser mais restritivo e baseado em uma visão universalista e neutra do desenvolvimento de habilidades, o modelo ideológico reconhece a natureza social e culturalmente situada das práticas de letramento.

Pelo que foi estudado ao longo da pesquisa, a adoção de uma perspectiva ideológica de letramento, que valoriza a diversidade e a pluralidade das experiências de leitura e escrita, parece mais adequada ao contexto educacional brasileiro, caracterizado por uma enorme diversidade cultural e social. Essa abordagem permite que o currículo escolar seja mais inclusivo e responda às necessidades e experiências dos estudantes, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as diferentes formas de letramento presentes na sociedade.

Outro ponto relevante que gostaríamos de destacar é a discussão sobre os novos letramentos e multiletramentos, conceitos que refletem as mudanças provocadas pelas tecnologias digitais na forma como nos comunicamos e aprendemos. A BNCC, ao incluir esses conceitos em seu escopo, demonstra uma preocupação em preparar os estudantes para um mundo em constante transformação, onde as habilidades de leitura e escrita vão além do impresso e envolvem múltiplas formas de expressão e comunicação. Embora os memes já estejam presentes na BNCC, especificamente no contexto de multiletramentos, e competências digitais, a resistência ao lê-los criticamente reside em seu potencial de desafiar os mecanismos de poder e as normas culturais que permeiam o ambiente educacional e social. Essa resistência pode ser observada em vários aspectos, como desafiar as narrativas hegemônicas, visto que, embora inclua o uso de diferentes linguagens e plataformas digitais, ainda segue diretrizes que muitas vezes reproduzem visões normativas e dominantes da sociedade. Contudo, a leitura crítica de memes permite que os alunos questionem tais narrativas ao identificar como certos memes subvertem discursos de poder, trazendo à tona questões de desigualdade, opressão e resistência. Assim, o simples ato de ler um meme dentro de uma estrutura formalizada, como a escola, pode servir para criticar essas estruturas.

Outro fator importante passa pela sua predominância de produção, ou seja, por serem predominantemente produzidos por pessoas comuns e circularem de maneira descentralizada nas redes, podem ser vistos como expressões populares que frequentemente se opõem às normas

institucionais. Embora, como já dito, a BNCC reconheça os memes, a resistência surge quando esses conteúdos desestabilizam os discursos estabelecidos, revelando aspectos de resistência cultural que nem sempre se alinham com as formas de letramento mais tradicionalmente aceitas. Sendo assim, mesmo que as normas abram espaço para a análise de memes, o uso crítico desse gênero discursivo em sala de aula pode expor e questionar os mecanismos de controle e disciplina presentes tanto no currículo quanto nas práticas escolares. A resistência, nesse sentido, está no ato de utilizar os memes para subverter essas práticas e provocar discussões que transcendam a interpretação textual superficial, explorando as dinâmicas de poder nas relações sociais. Em suma, mesmo com a inclusão dos memes na BNCC, há uma notória tensão entre a apropriação institucional e a natureza livre e anárquica dos memes que circulam na internet, pois seu uso crítico pode resistir ao controle institucional e curricular ao reapropriar-se de discursos que o currículo formal talvez não tenha a intenção de problematizar profundamente, como questões de gênero, raça, classe e política.

No entanto, o texto também aponta para os desafios que surgem com a introdução dessas novas práticas na escola, como a necessidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso às tecnologias digitais e que o ensino seja capaz de acompanhar as rápidas mudanças que ocorrem no campo da comunicação. A educação, nesse sentido, precisa se reinventar constantemente, incorporando novas linguagens e ferramentas que permitam aos estudantes navegar com criticidade e autonomia no mundo digital.

Com isso, concebemos que é necessário integrar o ambiente digital à realidade escolar, especialmente através do uso de memes como ferramenta educativa. A premissa que nos apoiamos é a de que, em uma sociedade cada vez mais conectada, é imperativo que as práticas educacionais se adaptem às novas formas de comunicação e interação que emergem no ciberespaço. Os memes, como um gênero discursivo digital, oferecem uma oportunidade única de promover a criticidade entre os estudantes, permitindo que temas político-sociais sejam discutidos de maneira acessível e envolvente.

Ao refletirmos sobre o uso de memes em sala de aula, ressaltamos que os mesmos podem ser empregados não apenas como ferramentas para captar a atenção dos alunos, mas também como meios para fomentar discussões críticas sobre questões relevantes da sociedade contemporânea. Sua análise, a partir de uma perspectiva foucaultiana, é proposta como uma metodologia que permite explorar as relações de poder, conhecimento e identidade que permeiam esses artefatos culturais, pois é uma abordagem que incentiva uma leitura mais profunda e discursiva dos memes, promovendo uma compreensão dos discursos subjacentes que moldam as percepções dos alunos sobre o mundo ao seu redor.

Além disso, ressaltamos a importância da multimodalidade no ambiente digital, destacando como a combinação de elementos verbais e visuais nos memes contribui para a construção de significados complexos. A proposta de criar um caderno pedagógico focado na leitura discursiva de memes visa oferecer aos professores ferramentas para abordar esses conteúdos em sala de aula, potencializando o desenvolvimento de habilidades críticas e argumentativas nos estudantes.

Concluimos que a constituição de sujeito, através da leitura discursiva de memes na escola, podem auxiliar a pensar novas práticas de (re)existência no ambiente escolar regido pelo currículo, pois essa abordagem, ao trazer os memes como objetos discursivos para o espaço pedagógico, permite problematizar as estruturas de poder que atravessam a escola e que frequentemente orientam as relações de ensino e aprendizagem. Além disso, ao incentivar a reflexão crítica sobre os discursos que circulam nesses artefatos culturais, promove-se uma resignificação das práticas escolares tradicionais, ampliando as possibilidades de expressão e negociação das identidades dos sujeitos. Nesse sentido, essa prática pedagógica contribui para a formação de subjetividades mais plurais e críticas, que não apenas resistem às imposições disciplinares, mas também dialogam com as demandas e os desafios impostos pela sociedade contemporânea, marcada pela fluidez das relações e pela complexidade dos processos culturais. Assim, o uso de memes no contexto escolar desponta como uma estratégia significativa para transformar a escola em um espaço mais inclusivo, dinâmico e sensível às diversas formas de ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2002.

ARAÚJO, Ginaldo Cardoso de. Inserção profissional de professores/as na carreira: a prática como política da verdade. **Educar em Revista**, v. 39, p. 1-23, 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Desafios pedagógicos e modernidade líquida: entrevista de Alba Porcheddu sobre a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 661-684, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/36mzFFbtvXDhmsjtqDWcdG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRAGA, Sandro; SANTOS, Geovana; BERTO, Maykon John. A linguagem nos memes: ressignificação e sentido nas aulas de língua portuguesa. In: PFEIFFER, Claudia; DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana (Org.). **Língua, Ensino Tecnologia**. Campinas: Pontes Editores, 1. ed., 2020, p. 177-202. Disponível em: < https://labeurb.unicamp.br/site/web/img/1606237444865_Lingua_Ensino_Tecnologia_20_11.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. Governo da Paraíba. **Governo expande Escolas Cidadãs Integrais e transforma a educação pública na Paraíba**. Paraíba, PB, 2018. Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-expande-escolas-cidadas-integrais-e-transforma-a-educacao-publica-na-paraiba>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CAMPREGHER, Jeice; MARCHI, Rita de Cássia; FERRI, Cássia. A subjetividade ideal na BNCC: reflexões sobre a formação na Educação Básica. **Educação e filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 80, p. 979-1012, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducaoFilosofia/article/view/66905/37268>. Acesso em: 13 jul. 2024.

CAPELIN, Pamela Tais Klein; LOTTERMANN, Gabriel Fischer. Os gêneros discursivos guia turístico e meme produzidos pela prefeitura municipal de Cascavel/PR: as variedades linguísticas situacionais e históricas da língua. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 6, n. e16531, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/16531/12621>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CARDOSO, Janaina da Silva; ALCÂNTARA, Alessandra Cristina Bittencourt; MATTA, Ana Beatriz Simões da. Memes no aprendizado de línguas: uma prática multiletrada na formação docente para a justiça social. **Periferia**, v. 11, n. 1, p. 54-72, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/39390/28107>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CARMO, Maria Virgínia Freire dos Santos. "Lá onde há poder há resistência": governamentalidade e resistência na escola a partir de uma perspectiva foucaultiana. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 17, n. 27, 2021. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/27808/19082>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARR, Nicholas. **The Shallows**: what the internet is doing to our brains. S.l: W. W. Norton & Company, 2010.

CASTRO, Thiago Gomes de; GOMES, William Barbosa. "Como sei que eu sou eu?" Cinestesia e espacialidade nas conferências Husserlianas de 1907 e em pesquisas neurocognitivas. **Revista da Abordagem Gestáltica**, p. 123-130, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v17n2/v17n2a02.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FARIA, Maria da Graça dos Santos; CARVALHO, Ana Paula Lima de. Sobre intertextualidades estritas e amplas. **Rev. de Letras**, n. 36, v. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/31250/71735>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CHAGAS, Viktor. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. **BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/119>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CHATFIELD, Tom. **Como viver na era digital**. Tradutor: Bruno Fiuza. Editora Objetiva, 2012.

DAWKINS, Richard. **O gene Egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEUZE, Mark. Viver como um Zumbi na Mídia (é o único meio de sobreviver). **MATRIZES**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 113-129, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69409>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DINALI, Wesley; FERRARI, Anderson. "É meu último ano aqui mesmo [...] Tô pensando em botar fogo na escola": o cotidiano escolar e as práticas de resistências. **Revista Contemporânea de Educação**, [Rio de Janeiro], v. 6, n. 12 p. 466-483. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1650/1498>>. Acesso em: 4 set. 2023.

FAVACHO, André Márcio Picanço. Currículo, subjetivação e experiência de si: contra os humanismos, os modismos e os relatos obtusos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 488-508, set./dez. 2016.

FAVACHO, Andre Marcio Picanço; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Pobreza e educação: diálogos entre o passado e o presente, entre conformações e resistências docentes. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 34, n. 72, p. 1409–1444, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/54751>>. Acesso em: 1 mai. 2023.

FERREIRA, Helena Maria; VILLARTA-NEDER, Marco Antônio; COE, Geanne dos Santos Cabral. Memes em sala de aula: possibilidades para a leitura das múltiplas semioses. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 11, n. 1, p. 114-139, jan./abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. In: VERVE: **Revista Semestral do NU-SOL** - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo, nº. 5, pp. 240-259, maio, 2004.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. In: **Ditos e Escritos V** - Foucault: ética, sexualidade, política. Organizado por Manuel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France** (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. MOTTA, Manoel Barros da.(org.) Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Resposta ao Círculo de Epistemologia In: **Ditos e Escritos, volume II**. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 3º Edição. 2013f.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como prática da Liberdade. IN: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.258-280.

FRANCISCO, Cicero Nestor Pinheiro. A difusão de novas competências pela BNCC: os multiletramentos e o ensino da linguagem na era das novas tecnologias. In: XVI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, 16, 2018, Recife. **Anais eletrônicos**. Pernambuco: 2018. p. 1 – 14. Disponível em: <<http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2018/senac/index.html>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GALLO, Sílvio; ASPIS, Renata Lima. Ensino de filosofia e cidadania nas “sociedades de controle”: resistência e linhas de fuga. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 89–105, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/zD6PmbyJ9JnGLdhc974hfMg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 nov. 2022.

GARCEZ, Pedro Moraes. Educação Linguística como conceito para a formação de profissionais de língua estrangeira. In: Laura Masello (Org.). **Portugués Lengua Segunda y Extranjera en el Uruguay**. Montevideo: Universidad de la República/Departamento de Publicaciones, 2008. p. 51-57.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAROCHE, Claudine. O sujeito diante da aceleração e da limitação contemporâneas. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 851-862, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/cJdv4ZDH7D6tfwHnxrb9P5p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: ALEPH, 2006.

KOMESU, Fabiana; TENANI, Luciani. Considerações sobre o conceito de “internetês” nos estudos da linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 621-643, set./dez. 2009.

KRESS, Gunther; LEEUWEN, Theo Van. **Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication**. Oxford University Press, 2001. p. 1-21.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **New Literacies: changing knowledge and classroom learning**. Filadélfia: Open University Press, 2003.

LIMA, Geralda de Oliveira Santos; CASTRO, Lorena Gomes Freitas de. Meme digital: artefato da (ciber)cultura. **Con(textos) linguísticos**, v.10, n.16, p. p.38-51, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13702/10801>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias Pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade e Culturas**, v..., n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

LIEVROUW, Leah; LIVINGSTONE, Sonia. **Handbook of new media**. London: Sage, 2004.

MACEDO, Elizabeth. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, [Rio de Janeiro], v. 13, n. 3, p. 436-450, set./dez., 2013. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180423023729id_/http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/emacedo.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

MAIA, Antonio. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. **Currículo sem Fronteiras**. v. 11, n. 1, p. 54-71, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/maia.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MORAN, José Manuel. **Desafios na comunicação pessoal**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 162-166.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. A crise da teoria curricular crítica. **Cad. Educ. FaE/UFPel**, Pelotas, v. 8. n. 49, p. 49-73, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6318/5522>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NEVES, Ivania dos Santos; GREGOLIN, Maria do Rosário. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e rupturas. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**. [Pará], v. 2, n. 57, p. 08-32, maio 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898>>. Acesso em: 19 jul. 2023. Acesso em: 16 jul. 2023.

PACHECO, José Augusto; SOUSA, Joana. O (pós) crítico na desconstrução curricular. **Revista Tempo e Espaços em Educação**, Sergipe, v. 9, n. 18, p. 65-74, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640744>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PASSETTI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. **São Paulo em perspectiva**, [São Paulo], v. 13, n. 3, p. 56-66, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/SRbDpqWNn6MFCBkrgCPHdSs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

REIS, Vânia Marisia Santos Fortes dos; CAPP, Edison; NIENOV, Otto Henrique. Canva, Prezi, Mural e Padlet. In: NIENOV, Otto Henrique; CAPP, Edison (org.). **Estratégias didáticas para atividades remotas**. Porto Alegre: Ufrgs- Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Medicina Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, 2021. p. 59-76. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223470/001128225.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 21 set. 2021

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO; Isnard de Albuquerque. Evolução do Conceito de Cidadania. **Revista Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, 2001. Disponível: <https://www.academia.edu/6496821/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_CONCEITO_DE_CIDADANIA>. Acesso em: 30 nov. 2022.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; Rôças, Giselle; SILVA, Marcos André Vaz; CAVALCANTI, Ricardo Jorge; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Doc Ciência**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-32.

SANTOS, Valmaria Lemos da Costa. SANTOS, José Erimar dos. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **HOLOS**, v. 6, p. 307-328, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481547175023.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, Fernanda Maria Almeida dos. Multiletramentos e formação inicial de professores de língua portuguesa: um olhar acerca das pesquisas no Brasil. **Revista do GEL**, v. n. 2, p. 160-185, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3108>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANTOS, Janaina de Jesus. Protagonismo de estudantes e poder: apontamentos discursivos sobre a BNCC. In: BARBOSA, Elisabete da Silva; SANTOS, Janaina de Jesus (org.). **Ensino em foco: questões identitárias e discursivas**. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2022. p. 167-192.

SANTOS, Mariana Moura dos Santos; LUNA, Iúri Novaes; BARDAGI, Marucia Patta. O desafio da orientação profissional com adolescentes no contexto da modernidade líquida. **Revista Ciências Humanas**, v. 48, n. 2, p. 263-281, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n2p303/28513>. Acesso em: 17 jul. 2024.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SHIFMAN, Limor. **Memes in digital culture**. Cambridge: MIT Press, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Educação, governamentalidade e neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 29, n. 57, p. 199 - 223, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22731/17972>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, Leda Marina dos Santos da. **Alfabetização e letramento**: fios que tecem a leitura e a escrita no cotidiano da Escola Beta. 2004. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Denyse Mota da; PINHO, Maria José de. Os letramentos autônomo e ideológico e a prática pedagógica do professor de língua portuguesa. **Revista Philologus**, v. 25, n. 75, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/633/684>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, Juliemerson José da. O meme em rede: uma análise dos memes do movimento antifascista. In: DIAS, Luiz Francisco; DALMASCHIO, Luciani; DIAS, Thalita Nogueira (Org.). **A dinâmica do sentido pelos caminhos da enunciação**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2023, p. 357-369. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/EnuncMaterialidadeLing2021.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOARES, Magda. **Português**: uma proposta para o letramento. Livro do Professor. São Paulo, Moderna, v. 1-4, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOUSA, Dijan Leal de; PINHO, Maria José de; SANTOS, Eloiza Marinho dos. Letramento autônomo e ideológico: uma análise a partir das lógicas binária e ternária. **Revista Plurais - Virtual**, v. 14, n. fluxo cont., 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/15528/10639>. Acesso em: 23 jul. 2024.

YOUNG, Michael. Superando a crise na teoria do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 225-250, jun. 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/238/249>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VARELA, Julia.; ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, n. 6, p. 68-96. 1992. Disponível em: <http://peadrecuperacao.pbworks.com/w/file/104642074/A%20Maquinaria%20Escolar.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista de Ciências da Educação**, n. 7, p. 141-149, 2008. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/veiga-neto-modernidade-e-curriculos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo José da.; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. **Currículo sem fronteiras**. v. 11, n. 1, p. 5-13, jan.-jun. 2011.

XAVIER, Alexandre Delfino; SOUZA, Evandro Luis Moreira de; OLIVEIRA, Shirlene Bemfica de. A construção de memes como ferramenta de ensino da língua inglesa. **Periferia**, v. 11, n. 1, p. 14-161, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/36440/28111>. Acesso em: 26 jul. 2024.